



GUIA DE
**ORIENTAÇÕES
PEDAGÓGICAS**

GOVERNO DO
TOCANTINS

GESTÃO MUNICIPALISTA

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO, JUVENTUDE
E ESPORTES

Mauro Carlesse

Governador

Wanderlei Barbosa Castro

Vice-governador

Adriana da Costa Pereira Aguiar

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

Danilo de Azevedo Costa

Secretário Executivo

Markes Cristiana Oliveira dos Santos

Superintendente de Educação Básica

Maria de Lourdes Leôncio Macedo

Superintendente Educação Científica, Tecnológica e Profissional

Clay Mariangelo Miranda Rios

Superintendente de Esportes, Juventude e Lazer

Rômulo Carmo Oliveira Junior

Superintendente de Administração, Infraestrutura e Finanças

Luciano Gomes dos Santos

Superintendente de Gestão de Pessoas

Equipe de Elaboração e Sistematização

Celestina Maria Pereira de Souza

Deusangela Ribeiro de Almeida Souza

Eliziete Viana Paixão

Israel de Freitas Silva

José Gilbert Arruda Martins

Josiel Gomes dos Santos

Kelma Tavares Barbosa de Oliveira

Larissa Ribeiro Santana

Leandro de Souza Vieira

Leda Tomazi Fagundes

Lorena Santos da Silva

Luciene Siqueira Freitas

Lucineide Maria Lima de Holanda

Marcia Cristina Mota Brasileiro

Maria Socorro da Silva

Maria Nunes de Barros Lourenço

Paola Regina Martins Bruno

Rosangela Souza Terreço

Rosirene Jorge da Silva e Souza

Schierley Régia Costa Colina de Sousa

Silvania Pereira Rodrigues Araujo

Lucineide Maria Lima de Holanda

Revisão

Alan Fonseca Cavalcante

Ronnayb Lima de Sousa

Diagramação

APRESENTAÇÃO

O retorno das atividades educacionais presenciais nas unidades de ensino do Tocantins já é uma realidade possível. A estratégia de ensino híbrido, que mescla períodos presenciais com períodos remotos mediados por tecnologias ou com a utilização de material impresso e guias de estudo será utilizada no ano letivo de 2021, considerando o contexto, ainda, de distanciamento social, em decorrência da pandemia da covid-19. No entanto, vale ressaltar que esse retorno deve ser planejado com base em estratégias bem definidas, organizadas e seguras. O maior desafio, com certeza, será não deixar nenhum estudante para trás e recuperar a aprendizagem de todos os estudantes, priorizando as habilidades essenciais, tanto cognitivas quanto socioemocionais.

Nesse sentido, a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins – Seduc apresenta as Orientações Pedagógicas para o ano letivo de 2021, fundamentado na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, e no Documento Curricular do Tocantins – DCT, visando à garantia de uma educação de qualidade para todos os estudantes, por meio de um processo de ensino e aprendizagem efetivo, eficiente e eficaz, que prepara os estudantes para as demandas do Século XXI.

As orientações pedagógicas, aqui apresentadas, nortearão as Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes – DREJEs, e Unidades Escolares – UEs, quanto ao desenvolvimento da liderança com foco na gestão escolar, em observância aos princípios da gestão democrática e participativa, a partir das dimensões: pedagógica, administrativa, financeira e jurídica, bem como na Resolução CEE/10 Nº 154 de 17 de junho de 2020, na indicação CEE/TO N nº 009 de 16 de dezembro de 2020, na Portaria Conjunta n. 02/2020/SES/GASEC/SEDUC/UNITINS, de 21 de outubro de 2020, e em pareceres, Resoluções

nacionais e leis correlatas.

O foco da Seduc e DREJEs é oferecer as condições necessárias para o retorno das ações educativas presenciais/ensino híbrido, realizando o acompanhamento, o monitoramento, a avaliação; apoiando as unidades escolares para que possam garantir o acesso, o atendimento, a permanência e o sucesso dos estudantes no Estado do Tocantins.

Adriana da Costa Pereira Aguiar

SUMÁRIO

1	ORIENTAÇÕES ADMINISTRATIVAS, PEDAGÓGICAS, JURÍDICA E FINANCEIRAS PARA O INÍCIO DO ANO LETIVO	8
2	ACOLHIMENTO	18
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO - 2020	21
3.1	ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL	21
3.1.1	ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS	21
3.1.2	ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS	22
3.1.3	ETAPA DE TRANSIÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O ENSINO MÉDIO	25
3.1.4	O NOVO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DO TOCANTINS	27
4	MODALIDADES	35
4.1	EDUCAÇÃO INDÍGENA	35
4.2	EDUCAÇÃO DO CAMPO E QUILOMBOLA	37
4.3	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EJA PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE PRESENCIAL	38
4.3.1	PARA AS UNIDADES DE ENSINO EJA – PPL	41
4.4	SOCIOEDUCATIVO	42
4.4.1	ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS	42
4.4.2	ATIVIDADES PRESENCIAIS	43
4.5	EDUCAÇÃO ESPECIAL	45
4.5.1	ORIENTAÇÕES PARA PROFESSORES DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS/ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE	47
4.6	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	48
4.7	ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	53
4.8	ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL / PARTE DIVERSIFICADA DO CURRÍCULO	55
5	REORDENAMENTO CURRICULAR 2021	64
5.1	PLANEJAMENTO DO ANO LETIVO	64
5.2	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO–PPP	66
5.3	PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE GESTORA	68
5.4	PLANEJAMENTO DA AVALIAÇÃO EXTERNA	68
6	PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES ESCOLARES – AULAS PRESENCIAIS/ENSINO HÍBRIDO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE GESTÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE.	76
6.1	MONITORAMENTO DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL	78
6.2	ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL	79
6.3	PLANEJAMENTO COLETIVO	81
6.3.1	ANÁLISE DA NATUREZA DA HABILIDADE, A ESCOLHA DOS OBJETOS DE CONHECIMENTO E A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	82
6.3.2	ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DO PRIMEIRO ROTEIRO DE ESTUDOS DO ANO LETIVO DE 2021	85
6.3.3	ELEMENTOS ESSENCIAIS EM UM ROTEIRO DE ESTUDOS	85
7	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO TOCANTINS	87
8	CONSELHO DE CLASSE PEDAGÓGICO	90
9	FORMAÇÃO CONTINUADA	91
10	PROGRAMAS EDUCACIONAIS	93
11	BUSCA ATIVA ESCOLAR – PROGRAMA EVASÃO NOTA ZERO – PEENZ	101
11.1	RESULTADOS DA BUSCA ATIVA ESCOLAR	103



7 ORIENTAÇÕES ADMINISTRATIVAS, PEDAGÓGICAS, JURÍDICA E FINANCEIRAS PARA O INÍCIO DO ANO LETIVO

Em observância à Portaria Conjunta nº 02, de 21 de outubro de 2020 e em atendimento à Portaria Seduc nº 185, de 29 de janeiro de 2021, as Unidades Escolares constituíram Comissões Locais de Segurança em Saúde e Prevenção à Covid-19 (COLSAÚDE) e elaboraram o Plano de Retomada das Atividades Escolares Presenciais – Ensino Híbrido.

Nesse sentido, o início do ano letivo para as Unidades Escolares ocorre de forma presencial/ensino híbrido a partir de uma **Gestão Estratégica**, que se constitui no gerenciamento das ações para alcançar os objetivos e metas educacionais e da estrutura organizacional da escola, analisando todas as decisões antes de implementá-las. Algumas questões deverão nortear a **Gestão estratégica**: Como garantir a segurança de estudantes profissionais, família e comunidade no retorno ensino presencial/híbrido? Como garantir a participação e engajamento de toda comunidade escolar no retorno presencial – híbrido? Como garantir os recursos para a manutenção das metas e objetivos educacionais? Como garantir a legalidade nas ações educacionais planejadas? Como garantir a qualidade da educação no retorno escolar presencial/híbrido?

Para tanto, é preciso que as unidades de ensino, de forma colaborativa, elaborem seus planos de ação considerando as seguintes dimensões:

■ Plano Estratégico de Biossegurança

É preciso que, no momento de retorno das atividades educacionais presenciais/ híbridas, as unidades de ensino cumpram com seu planejamento estratégico quanto à biossegurança, o qual deverá responder as seguintes questões:

- Quais os protocolos a serem utilizados pela unidade escolar



conforme Portaria Conjunta nº 02, publicada no DOE nº 5712? Foi planejado estudo dos protocolos com a equipe escolar?

- Os estudantes estão recebendo as orientações em roteiros de estudos sobre os protocolos?
- A equipe gestora organiza, periodicamente, estudos sobre os protocolos de biossegurança?

■ Plano Estratégico Administrativo e de Pessoas

Para garantir a excelência do ensino e das práticas pedagógicas no momento do retorno das atividades educacionais presenciais/ híbridas é necessário que a escola tenha bem definido seu plano estratégico administrativo e de pessoas, garantido a otimização dos recursos e a integração de todos os setores da escola. Nesse sentido, ele pode ser orientado pelos seguintes questionamentos:

- Como garantir o cumprimento de leis e diretrizes de ensino?
- Quais os materiais necessários para a realização da atividade presencial híbrida?
- Como organizar os processos administrativos?
- Estar atento às necessidades de colaboradores, professores, pais e alunos.
- Quais as estratégias adotadas para a distribuição dos roteiros de estudo (impresso, via e-mail, postagem em pasta *online drive, ondrive, google sala de aula, blogs, sites ou outro*)?
- Quais as estratégias adotadas para manter o controle das entregas?
- A escola utiliza alguma plataforma digital para gerenciar a distribuição e controle dos roteiros de estudos?

A escola utiliza um padrão de formulário de forma a evitar desperdícios e manter o controle? (link com modelo sugestivo para facilitar o controle na escola: <https://drive.google.com/file/>



d/1AXMv3rX1xTPnBI424QSiHnaX2g-jqQMs/view?usp=sharing).

Como a equipe gestora organiza o trabalho presencial e remoto dos servidores?

Como será a organização do calendário escolar, atendendo as especificidades da escola?

Como serão realizados os momentos de formação, pré e pós conselho escolar?

■ Orientações para organização e análise de diários de classe

Coordenar o atendimento à demanda escolar nas diferentes modalidades de ensino, estabelecendo critérios para a elaboração de normas relativas à organização e reorganização dos registros, atendimento escolar, funcionamento das escolas, asseguram a autenticidade de documentos expedidos pelas escolas. Sendo assim, abaixo, seguem as orientações.

- Apropriar-se das orientações da Seduc/DREJE quanto à planilha das ofertas não presencial/híbrida, previstas para o ano letivo de 2020 e 2021;
- Apropriar-se da Estrutura Curricular vigente para cada oferta de cursos;
- Conferir o cabeçalho dos diários de classe e verificar se constam as informações necessárias para a identificação do documento;
- Conferir os lançamentos previstos nas planilhas enviadas, quanto aos dias orientados e a carga horária prevista por bimestre e anual, lembrando-se das possíveis flexibilizações da sua Unidade Escolar;
- Conferir se a carga horária prevista por componente curricular foi compatível com a determinada na Estrutura Curricular;
- A carga horária bimestral é resultado das cargas horárias por componente curricular ofertada durante o bimestre;

- Caso haja qualquer incoerência nos diários de classe, os mesmos devem ser corrigidos de forma imediata por envio de solicitação a Gerência de Certificação, Normatização e Inspeção Escolar -GCNIE, de acordo IN nº 01 de 2017;
- Os alunos da busca ativa, as informações serão inseridas de forma normal, sem nenhuma observação, zelando pela integridade do estudante;

■ Orientações para organização da alimentação escolar

- Seguir as orientações e protocolos de biossegurança desde ao recebimento dos produtos pelos fornecedores, durante a elaboração do alimento até a distribuição nos intervalos destinados à alimentação escolar.
- Orienta-se seguir as orientações contidas no **Protocolo para Manipuladores de Alimentos na Retomada das Aulas Presenciais na Pandemia Covid-19**, elaborado pela Equipe Técnica de Nutricionistas da Alimentação Escolar da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, no qual estão descritas todas as informações sobre higiene, preparo e distribuição da alimentação em época de pandemia, e ressalta a responsabilidade dos manipuladores quanto à produção segura de alimentos, dentro de uma política de segurança alimentar e nutricional.

■ Plano Estratégico de Gestão Financeira

O planejamento financeiro é de extrema importância à manutenção da Unidade Escolar. São muitos questionamentos que a equipe gestora precisa fazer ao pensar a escola e as formas de superação de cada desafio. A equipe gestora deve acompanhar os recursos financeiros e as despesas necessárias para a manutenção da



unidade de ensino, e planejar as ações para o ano letivo, considerando o contexto pandêmico.

■ **Orientações para o controle financeiro das despesas e receitas.**

Consultar o manual de Gestão de Recursos Públicos por Associações de apoio às Unidades Escolares (4ª edição) para o direcionamento referente à aplicação dos recursos públicos no âmbito da escola. O manual pode ser acessado por meio link: <https://drive.google.com/file/d/1RzA4-QX-cxudl1uptXxEHmHm2pJg25lQ/view?usp=sharing>

Com a nova Lei de licitação e contratos administrativos n. 14.133 de 01 de abril de 2021, orienta-se a leitura e estudo das modalidades de licitações realizadas na Unidade Escolar Link de acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm

- Ressalta-se que a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 terá vigência até 2023, (salvo os artigos 89 a 108) revogados pela nova lei.

■ **Plano Estratégico para Gestão Jurídica:**

Considerando o estabelecimento de diversas medidas de enfrentamento da covid-19, dentre elas, a publicação do Decreto nº 6.230, de 12 de março de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº 5807, de 12 de março de 2021, notadamente em seu art. 4º, recomenda-se, por ocasião do retorno das aulas não presenciais e reorganização do calendário escolar, a observância e o cumprimento das legislações e atos normativos resultantes deste cenário pandêmico. Neste sentido, orienta-se o conhecimento dos atos administrativos elencados abaixo, e há de se considerar, também os documentos orientadores referentes à adoção de providências relacionadas ao contexto atual de pandemia da Covid-19, expedidos pela Seduc, ao longo do ano letivo, os quais serão implementados pela equipe gestora de forma articulada com



todos os agentes da Unidade Escolar.

- **Decreto n. 6.257 de 14 de maio de 2021.** Dispõe sobre as atividades educacionais, a jornada de trabalho, na forma que especifica e adota outras providências.
- Link de acesso: <https://diariooficial.to.gov.br/>
- **Decreto n. 6.248 de 30 de abril de 2021.** Dispõe sobre medidas de enfrentamento da COVID-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outra providência.
- Link de acesso: <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6248>
- **Instrução Normativa nº 4 de 29 de abril de 2021** que Orienta e estabelece as normas para o cumprimento do Calendário Escolar Oficial da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins para o ano letivo de 2021
- Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/566505/>
- **Decreto n. 6.230 de 12 de março de 2021.** Estabelece medidas do enfrentamento da Covid-19 no âmbito do Estado do Tocantins, e adota outras providências.

Link de acesso: <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6230>

- **Plano de Retorno das Atividades Escolares Presenciais** – Ensino Híbrido: Práticas pedagógicas, de Gestão e Promoção da Saúde – SEDUC TO.
- Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/557362/>
- **Decreto Nº 6.211, de 29 de janeiro de 2021.** Dispõe sobre as atividades educacionais e a jornada de trabalho, na forma que especifica, e adota outras providências.
- Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/551225/>
- **Portaria-Seduc n. 185, de 29 de janeiro de 2021 (DOE n. 5777)** que dispõe sobre regras gerais para elaboração dos planos de



retorno das atividades educacionais presenciais em instituições públicas e privadas de ensino no Tocantins.

- Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/551224/>
- **Instrução Normativa nº1 de 15 de janeiro de 2021.** Estabelece critérios e orienta quanto aos procedimentos de matrícula dos estudantes da Rede Estadual de Ensino do Estado do Tocantins para o ano letivo de 2021.
- Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/554659/>
- **Resolução CNE/CP Nº 1, DE 5 de janeiro de 2021** – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Link de acesso: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>
- **Indicação CEE/TO nº 009, de 16 de dezembro de 2020,** que estabelece diretrizes, critérios e orientações para realização de avaliações, para integralização da carga horária executada durante o regime especial de aulas não presenciais, no âmbito da Educação Básica e dá outras providências.
- Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/563969/>
- **Parecer CNE/CP Nº19, de 8 de dezembro de 2020** – Reexame do Parecer CNE/CP nº 15, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020

Link de acesso: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167131-pcp019-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192

- **Instrução Normativa n. 8 de 16 de outubro de 2020** que estabelece diretrizes para a operacionalização do Programa



Evasão Escolar: Nota Zero, nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino (DOE nº 5721)

- Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/568017/> Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/538097/>
- **Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020,** que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e alterou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;
- Link de acesso: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>
- **Resolução CEE-TO nº154, de 17 de junho de 2020,** que estabeleceu normas complementares para a reorganização do Calendário Escolar, os planejamentos e práticas pedagógicas para a oferta e o cômputo de atividades educacionais não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, com o objetivo de minimizar o impacto decorrente da Pandemia da COVID-19, na educação;
- Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/528517/>
- **Resolução CEE/TO nº 105, de 08 de abril de 2020,** que estabelece formas de reorganização do Calendário Escolar/ 2020 e definiu o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19);

Link de acesso: <https://central3.to.gov.br/arquivo/528518/>



■ Plano Estratégico de Gestão de Recursos Tecnológicos, Conectividade e Segurança Digital

Com o retorno das atividades presenciais/ensino híbrido é importante que as unidades de ensino planejem quais as estratégias e tecnologias de informação e comunicação serão adotadas para manter a comunicação com os pais/responsáveis e estudantes; para compartilhar material didático, roteiros de estudos, atividades avaliativas e frequência *online*; *realizar* levantamento prévio sobre a situação de conectividade dos estudantes fora da escola antes de configurar e disponibilizar os roteiros de estudos, materiais didáticos, formulários online de avaliação e outros conteúdos em plataformas digitais.

É importante, ainda, garantir a segurança e privacidade dos dados dos alunos e professores nas salas virtuais, grupos, fóruns e repositórios de arquivos online. Nesse sentido, algumas medidas podem ser tomadas pela unidade de ensino as quais seguem elencadas abaixo:

- solicitar via assessor de tecnologias da DRE/NTE a criação de e-mail institucional para todos os servidores da escola e alunos. Buscar orientações com a Gerência de Tecnologias;
- solicitar, gratuitamente, o e-mail institucional seguro para alunos e professores da rede estadual de ensino, mediante solicitação via e-mail via Diretoria Regional de Educação/NTE por meio dos assessores de tecnologias educacionais. Os dados dos alunos, professores e servidores da escola necessários são nome completo, e-mail de contato, id do aluno, turma, e-mail do responsável legal;
- Organizar um comitê de formação tecnológica com professores experientes em tecnologia;
- Buscar o apoio dos assessores de tecnologia da DRE/NTE para



realizar oficinas, palestras e cursos sobre ferramentas digitais para ensino remoto;

- Solicitar uma formação específica nas ferramentas digitais para a Gerência de Tecnologias e Mídias Educacionais (GTME) da Seduc (via ead@seduc.to.gov.br), a DRE ou a sede da Seduc;
- Informar a equipe gestora da Seduc e a GTME, quais ferramentas digitais os professores da escola precisam ser formados para que consigam desenvolver satisfatoriamente as atividades educacionais remotamente e de maneira segura. A GTME pode agendar formações online nas ferramentas digitais.
- Link do canal no youtube com orientações: <https://www.youtube.com/channel/UCbXqkoF7VXWtYHLouIGF0Tw/videos>

Criar uma **planilha de dados** de conectividade ou um **formulário**

online para identificar quantos alunos possuem acesso a internet, possuem computadores ou celulares para acesso remoto as atividades online, etc. E com base nessas informações elaborar a melhor estratégia para distribuir os conteúdos e roteiros de estudos.



2 ACOLHIMENTO

O Acolhimento é uma prática pedagógica que implica na escuta ativa, no reconhecimento do protagonismo, na presença pedagógica e no compartilhamento de saberes, especialmente no que tange ao desenvolvimento de competências socioemocionais (direcionadas para que se possam expressar sentimentos, vivências e medos), favorecendo às novas formas de ensinar e aprender. A estratégia tem como objetivo apresentar as bases do projeto escolar para os estudantes, os educadores e pais/responsáveis.

É necessário acolher a todos que vivenciam o ambiente educacional, por meio de ações que motivam e favorecem a comunicação, a inter-relação e o pertencimento, bem como estabelecendo de vínculos construtivos e efetivos, garantindo afeto, relação de pertencimento e sensação de apoio. O Acolhimento precisa ser planejado e preparado de forma a garantir que todos os estudantes se sintam pertencentes à rede estadual de ensino.

Neste início de ano letivo de 2021, de forma ainda não presencial, no dia 03/05, o Acolhimento foi conduzido pela Secretaria de Educação, e direcionado aos estudantes, famílias e responsáveis, equipes escolares, técnicos das DREJE's, Sede e Anexos. O evento foi estruturado com foco no protagonismo estudantil cuja programação é considerada "marco zero" do Projeto de Vida, uma das competências gerais da BNCC e, também, Componente Curricular.

Entre os dias 04 a 07/05 o Acolhimento aconteceu nas escolas, realizado pelos estudantes, com atividades que davam início a Busca Ativa 2021, de acordo com o diagnóstico realizado pelas unidades de ensino. Vale ressaltar que, ao longo do ano, essa é uma atividade, planejada por toda equipe escolar, que constituirá momentos de acolhimento, envolvendo estudantes protagonistas, a família e parceiros da comunidade escolar.



O material intitulado **Portfólio "Livro da Vida"** oferece atividades planejadas com o objetivo de colaborar com a equipe escolar na semana de acolhimento. O material é disponibilizado em formato digital para impressão e distribuição aos estudantes. As atividades estão construídas com foco nas habilidades socioemocionais, nas quais são exploradas as vivências pessoais dos estudantes e a partir do perfil das turmas a escola produzirá a Árvore dos Sonhos.

A condução dessas atividades postas no Portfólio pode ser planejada em momentos síncronos e, se possível, com a presença de jovens acolhedores, apoiando essa condução.

Nos momentos síncronos, orienta-se **Construir a árvore dos sonhos**: A partir da tabulação dos registros da atividade "Escada dos sonhos" (pág.12 do portfólio da vida). Apresentar a árvore dos sonhos das turmas, seja de forma impressa e exposta na parede da escola ou de forma digital na rede social da escola. Essa ação permite balizar o planejamento das ações, seja no âmbito do PPP da escola, no planejamento do professor, no acompanhamento da orientação educacional e/ou dos tutores e padrinhos e turma.

É importante, no contexto de distanciamento, que seja enviado para os estudantes e sua família as seguintes orientações, anexado ao Portfólio:

- Mensagem de acolhimento do Gestor da escola, de apresentação e boas vindas;
- Apresentação da equipe escolar;
- Apresentação da estrutura curricular da Escola;
- Depoimento de Estudantes Egressos da Escola;
- Orientações de Biossegurança;
- Contrato de Convivência (Sugestão de Regras para melhorar as interações durante o distanciamento mantendo o vínculo com a escola e o fazer pedagógico);



- Contrato de Convivência com a Família (Contribuição da Família para garantir o tempo das atividades escolares em casa, para fortalecer o equilíbrio emocional e o vínculo familiar com a escola);
- Atividades relacionadas às Habilidades Socioemocionais.
- Relação de contatos e canais de comunicação entre a escola e aluno/família/comunidade, bem com responsáveis e horários de atendimento e tempo de resposta.

A organização deverá ser pensada para integrar estudantes veteranos e contribuir para que os estudantes novatos conheçam a escola, sua proposta pedagógica e se sintam parte desse processo, construindo vínculo afetivo e pedagógico com a escola.

O Registro no SGE deve acontecer em todos os componentes curriculares, de acordo com a carga horária, como Ações de Acolhimento Inicial - Competências Gerais da BNCC e Habilidades Socioemocionais.

Devido à importância e intencionalidade já mencionada anteriormente, as ações de Acolhimento devem ser contínuas nas escolas durante todo o ano letivo. Para tanto, momentos formativos acontecerão no decorrer do ano, com Oficinas para a organização das respostas dos estudantes do Portfólio, transformando em indicadores que serão utilizados no planejamento dos professores e na escrita do PPP, entre outros temas.

Com o retorno híbrido, orienta-se que sejam realizados momentos de acolhimento aos servidores, estudantes e famílias. Tendo em vista o contexto vivenciado de muitas emoções, sentimentos de perdas, sentimentos de medo, violência doméstica, problemas gerados pelo distanciamento e isolamento, é importante o fortalecimento periódico de todos os envolvidos no processo educativo.



3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO - 2020

3.1 Etapa do Ensino Fundamental

Na Base Nacional Comum Curricular, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201024, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010). Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

As áreas do conhecimento explicitam seu papel na formação integral dos estudantes do Ensino Fundamental e destacam particularidades para os Anos Iniciais e Anos Finais, considerando tanto as características do estudante quanto às especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização.

3.1.1 Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Na perspectiva de subsidiar a prática pedagógica da equipe escolar e o planejamento do docente que atuam nas turmas de alfabetização, disponibilizamos as **“Orientações Pedagógica para o ensino remoto no ciclo de alfabetização”**, que pode ser acessado por meio do link: https://drive.google.com/file/d/1sSD8VXTblqjw9qf1KK_JYDyahOmTC3sl/view?usp=s_haring.

A proposta pedagógica para os anos iniciais deve considerar a transição da etapa da educação infantil para os anos iniciais do ensino fundamental, considerando as experiências vividas pela criança na educação Infantil, garantindo a progressão sistematizada e a articulação de novas formas de aprendizagens dos estudantes, cita-



se:

- Alfabetização no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve garantir aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas. (DCT/2019)
- A elaboração dos Roteiros de Estudo deve considerar o diagnóstico das aprendizagens da turma, adequando-os em uma agenda de estudo, que possibilitem aos estudantes desenvolver sua autonomia e responsabilidade na sua rotina diária de estudos, sendo a família um mediador na condução desse processo.
- Ao concluir os anos iniciais, os estudantes devem apresentar o domínio da escrita alfabética, as habilidades que envolvem o desenvolvimento da comunicação oral, a compreensão sobre as resoluções matemáticas, registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de representação do tempo e do espaço.

No entanto, os desafios do ensino não presencial requerem ações complementares e específicas que possam garantir a continuidade no aprimoramento do processo de formação dos estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental.

3.1.2 Ensino Fundamental – Anos Finais

Considerando que o ingresso do estudante do 6º ao 9º ano, também, é marcado por mudanças físicas, psicológicas e sociais e, ainda, nesse contexto de pandemia da Covid-19, o distanciamento



físico e do ambiente escolar evidenciam a necessidade, das Unidades Escolares em garantir no Projeto Político pedagógico, estratégias viáveis para motivar e estimular a participação e permanência com sucesso dos estudantes na escola.

Essas estratégias devem contemplar ações que promovam o acolhimento dos estudantes oriundos da rede municipal e rede privada, a busca ativa dos estudantes com maior vulnerabilidade social, a disponibilização de recursos didáticos pedagógicos complementares ao roteiro de estudo, comunicação ativa com a família, desenvolvimento de projeto de leitura com definição de metas de acordo ao ano de ensino e ainda a promoção de atividade que colaboram com o protagonismo juvenil, como por exemplo, atividade de monitoria virtual.

Na elaboração dos Roteiros de Estudos para o ensino não presencial, a equipe docente deve considerar que os estudantes dessa fase de ensino possuem maior autonomia para gestão do conhecimento, e a família tem a tarefa de acompanhar e orientar, por meio de uma agenda ou cronograma de planejamento, garantindo a efetivação das metas diárias de estudos, e as formas de acesso às aulas, seja por meio de atividades síncronas ou assíncronas.

Destaca-se também a importância dos componentes curriculares de **“Projeto de Vida”** e **“Acompanhamento da Aprendizagem”**, no fortalecimento do processo de aprendizagens dos estudantes.

O componente curricular de **“Acompanhamento da Aprendizagem”** compõe a estrutura curricular do Ensino Fundamental, parte diversificada, e tem por finalidade atender aos estudantes que não optaram pelo Ensino Religioso, cuja oferta é obrigatória para a Unidade Escolar e optativa para o estudante. Assim, o planejamento da escola, referente à composição das turmas, deve basear-se no mapeamento das demandas dos alunos que optaram pelo componente curricular



de “Acompanhamento da Aprendizagem”. O roteiro de estudo do componente curricular deve fortalecer as habilidades e competências de leitura e escrita, a compreensão matemática, a pesquisa e a experimentação do conhecimento por parte dos estudantes.

O componente curricular **“Projeto de Vida”** é fundamentado na proposta de valorização das potencialidades dos estudantes, de forma que permita-os refletir sobre seus valores, desejos e as suas contribuições no contexto escolar, familiar e na sociedade, promovendo, por meio do ensino sistematizado, condições de estabelecer estratégias para alcançar suas metas pessoais, como meio para o ingresso no Ensino Médio, Ensino Superior e no mundo do trabalho.

Desta forma a Unidade Escolar receberá o **“Caderno de Projeto de Vida”**, versão digital, como subsídio para o planejamento docente e recurso didático. A versão impressa é de uso consumível para os estudantes. O caderno apresenta temáticas de forma modular, ou seja, contempla o ciclo de ensino, sendo 6º/7º e 8º/9º ano, o qual possibilita aos estudantes conhecerem-se melhor, identificar suas potencialidades e fragilidades com vistas ao desenvolvimento das competências socioemocionais.

Ressalta-se que o “Caderno de Projeto de Vida”, foi pensado como suporte ao trabalho docente, e não esgota as possibilidades de planejamento de outras estratégias, ficando a cargo da equipe pedagógica e dos docentes, ampliar as atividades, considerando o perfil da turma.

Assim, o planejamento da escola, referente à composição das turmas, deve basear-se no mapeamento das demandas dos alunos que optaram pelo componente, garantindo um trabalho articulado com as áreas de conhecimento, seja por meio de projetos ou por sequências didáticas. Destaca-se, como possibilidade, a abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais, das quais permeiam a vida



humana em âmbito global, regional e local, conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular.

- Ciência e Tecnologia,
- Direitos da Criança e do Adolescente,
- Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional,
- Educação Ambiental,
- Educação em Direitos Humanos,
- Educação Financeira,
- Educação Fiscal,
- Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras,
- Educação para o Consumo,
- Educação para o Trânsito,
- Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso,
- Saúde,
- Trabalho,
- Vida Familiar e Social.

Ademais, os docentes têm como direcionamento do tratamento curricular as Diretrizes Curriculares do Tocantins, o qual está disponível para utilização pelo link <https://educ.to.gov.br/publicacoes/publicacoes/documento-curricular-do-tocantins---educacao-infantil-e-ensino-fundamental/>

3.1.3 Etapa de transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio

Considerando as aprendizagens essenciais previstas na BNCC faz-se necessário que os estudantes tenham interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, conforme apontam David Ausubel e Moreira (2011, p. 14):



É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos [...]. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

Como, por exemplo, o professor de Língua Portuguesa, na 1ª série do Ensino Médio, pretende que seus estudantes desenvolvam diversas habilidades relacionadas aos diversos gêneros textuais. Tendo sido o currículo estruturado com atenção à progressão das aprendizagens – como é o esperado – certamente, habilidades e conhecimentos previstos para serem desenvolvidos no Ensino Fundamental serão importantes para dar apoio a essas novas aprendizagens: a noção de forma e composição, a habilidade de realizar leitura individual, crítica, literária, a noção de público- alvo, a noção de intencionalidade, a habilidade de associar assuntos, temas e reconhecer a intertextualidade entre textos. Se os estudantes não desenvolveram essas aprendizagens prévias no nível adequado, é esperado que tenham maior dificuldade em desenvolver as novas aprendizagens, dessa forma necessitando do uso do nivelamento da aprendizagem.

Portanto, a transição entre etapas deve contemplar o acolhimento da plural juventude, entender a cultura juvenil e sua singularidade, apresentação do modelo, da rotina estrutural de estudo, arranjos escolares. E, sobretudo, considerar as aprendizagens essenciais prévias do ensino fundamental e as novas no ensino médio. Como definido na BNCC (2018, pp. 464-465):

Garantir a consolidação e o aprofundamento



dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental é essencial nessa etapa final da Educação Básica. Além de possibilitar o prosseguimento dos estudos a todos aqueles que assim o desejarem, o Ensino Médio deve atender às necessidades de formação geral indispensáveis ao exercício da cidadania e construir “aprendizagens sintonizadas com as necessidades”, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea.

3.1.4 O Novo Ensino Médio no Estado do Tocantins

A Seduc aderiu em 2018 ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio - PNEM, o qual apresenta uma nova organização curricular na formação geral básica e na oferta de diferentes itinerários formativos, com foco em áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional para isso requer uma reorganização na oferta do Ensino Médio, para que este possibilite o desenvolvimento da autonomia juvenil no que se refere à escolha de seu percurso de aprendizagem e, também, a ampliação das ações voltadas à construção dos projetos de vida dos estudantes.

Para saber mais sobre a implementação do PNEM no Estado, acesse o link https://drive.google.com/file/d/1VrDp9dci0YhgUiz_W6z7fLHRlbFfjsQM/view?usp=sharing

3.1.4.1 Planejamento Pedagógico da Etapa do Ensino Médio

Conforme, a Resolução nº 3 de 21 de novembro de 2018, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a



serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização curricular, tendo em vista as alterações introduzidas na Lei nº 9.394/1996 (LDB) pela Lei nº 13.415/2017, atendendo os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos nas dez Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017).

Competências Gerais da BNCC

1	Conhecimento	PARA	entender a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2	Pensamento científico, crítico e criativo	PARA	investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas, criar soluções.
3	Senso estético e repertório cultural	PARA	fruir e participar das diversas práticas de manifestação e produção artístico-culturais.
4	Comunicação	PARA	partilhar informações, ideias e sentimentos por meio de diferentes linguagens e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5	Cultura digital	PARA	se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas com protagonismo.
6	Autogestão	PARA	fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, senso crítico e responsabilidade.
7	Argumentação	PARA	formular, negociar e defender ideias, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8	Autoconhecimento e autocuidado	PARA	cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com auto-crítica e capacidade para lidar com elas.
9	Empatia e cooperação	PARA	promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e grupos sociais.
10	Autonomia	PARA	agir com responsabilidade, flexibilidade e determinação, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

(fonte <https://educacao.estadao.com.br/blogs/albert-sabin/sobre-saber-e-fazer-o-certo/>)

Desta forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio em consonância com a BNCC, dispõem os seguintes princípios específicos:

- I - formação integral do estudante, expressa por valores nos seus aspectos físicos, cognitivos e sócio-emocionais;
- II - projeto de vida como estratégia de reflexão sobre a trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;
- III - pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos.
- IV - respeito aos direitos humanos como direito universal;



- V - Compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas;
- VI - sustentabilidade ambiental;
- VII- Integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como valores educativos e pedagógicos e como base da proposta e do desenvolvimento curricular;
- VIII- Diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho;
- IX- Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;
- X- Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. (Resolução N°3, de 21 de novembro de 2018)

Partindo dos princípios específicos citados, o planejamento pedagógico promove a integração curricular entre os objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) e os diversos saberes considerando as realidades locais, regionais, bem como a transposição da teoria à prática.

Cabe aqui ressaltar os conceitos e apontamentos relativos à Organização Curricular, de acordo com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Art. 7º, parágrafos de 1º ao 5º, da Resolução N°3, de 21 de novembro de 2018.

O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações



sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio- emocionais.

§ 1º Atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as instituições e redes de ensino podem adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem pertinentes ao seu contexto, no exercício de sua autonomia, na construção de suas propostas curriculares e de suas identidades.

§ 2º O currículo deve contemplar tratamento metodológico que evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social e possibilitando o aproveitamento de estudos e o reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho.

§ 3º As aprendizagens essenciais são as que desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e sócio-emocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho.

§ 4º Cada unidade escolar, em consonância com o sistema de ensino, deve estabelecer critérios próprios para que a organização curricular ofertada possibilite



o desenvolvimento das respectivas competências e habilidades.

§ 5º A organização curricular deve possibilitar contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências pessoais, sociais e do trabalho”.

Nesse sentido, orienta-se que a equipe pedagógica promova encontro de formação com professores por meio de estudos individuais e coletivos. Primando pelo trabalho pautado nas competências, habilidades e nos objetos de conhecimento elencados na BNCC - etapa Ensino Médio. Assim, sugere-se que o planejamento de ensino seja abordado na perspectiva da integração curricular, da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade e da contextualização para propor possíveis resoluções para as demandas da vida cotidiana, para o pleno exercício da cidadania e acesso ao mundo do trabalho, por meio das áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares, considerando as diversidades das juventudes nas identidades biopsicossociais e digitais, especificamente relacionado a seus territórios.

Dessa forma, propõe-se também enfatizar o princípio pedagógico da problematização das múltiplas dimensões que integram as identidades juvenis, usando como estratégia de reflexão-ação-reflexão, o Projeto de Vida dos estudantes, o qual precisa ser desenvolvido de forma transversal, perpassando por todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares a partir da 1ª série do Ensino Médio, nas escolas que ainda **não** trabalham com o **componente curricular Projeto de Vida**.

Em 2021, orienta-se que utilizem o Reordenamento Curricular com base na BNCC - etapa Ensino Médio para Planejamento escolar, o uso do Projeto Integrador- PI e Projeto de Vida-PV, seja na parte flexível e na



diversificada.

Orienta-se ainda que as unidades escolares desenvolvam os Projetos Integradores-PI e Projeto de Vida-PV a partir da escolha dos livros didáticos (objeto 1) feita pelos professores.

Os Projetos Integradores contemplam uma dimensão integrada das áreas do conhecimento, trazendo uma nova proposta de ensino-aprendizagem. Tem como objetivo firmar o processo de aprendizagem dos alunos, contribuindo para a contextualização dos conteúdos do currículo, estimulando a criatividade e o interesse dele através da interdisciplinaridade. Os projetos contemplam quatro temas integradores (STEAM, Protagonismo Juvenil, Mídia Educação e Mediação de Conflitos) em todas as áreas do conhecimento. Os Projetos Integradores devem estimular o empreendedorismo, trabalhando dentro de temas que contribuem com a ampliação da capacidade de inovação dos alunos. (PNLD/2021).

Assim, o ponto de partida será a realidade local da comunidade escolar, da turma, da comunidade externa, ou seja, da situação-problema que os estudantes elegeram, mediado pelo professor. O livro deverá ser um norteador, adequando as temáticas contemporâneas ao contexto escolar, tendo os professores autonomia para elaborarem os próprios PI e PV dialogando com as áreas de conhecimento.

3.1.4.2 Orientações para as escolas-piloto do Novo Ensino Médio – NEM – 2021

O Novo Ensino Médio configura-se como Política Nacional indutora que objetiva o avanço nos resultados da aprendizagem



dessa importante etapa conclusiva da Educação Básica. A reforma do Ensino Médio fundamenta-se na alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), na DCNEM e na publicação da parte específica do Ensino Médio na BNCC. Por essa razão, requer uma reorganização do currículo, dos tempos escolares e das práticas pedagógicas, com a perspectiva da educação integral e no desenvolvimento de competências e habilidades, as quais devem promover o protagonismo estudantil para prática corresponsável das escolhas de seus percursos de aprendizagens e, também, a ampliação das ações voltadas à construção dos Projetos de Vida dos estudantes.

Neste sentido, faz-se necessário uma articulação profícua entre a equipe gestora e equipe docente, no que tange a aplicação da flexibilização curricular no fazer pedagógico. Assim, a elaboração do planejamento escolar oportuniza elaborar ações vislumbrando a eficácia da prática pedagógica por meio de atividades no formato não presencial/híbrido que darão concretude ao currículo escolar. Em suma, as ações devem ser integradoras, coletivas, cooperativas e contínuas.

Em 2021, as escolas-piloto do Novo Ensino Médio devem priorizar a execução das ações planejadas na Proposta de Flexibilização Curricular – PFC, considerando o momento pandêmico, as possibilidades de adequação das ações pedagógicas para o formato não presencial e híbrido – por ocasião do retorno presencial, de modo que o planejamento curricular seja articulado e contínuo, envolvendo todas as áreas de conhecimento tornando o currículo um caráter dinâmico e atraente, capaz de promover o protagonismo juvenil e instigar o estudante a idealizar e elaborar seu Projeto de Vida a partir de escolhas conscientes e responsáveis.

Consoante ao que foi apresentado, as situações, abaixo apresentadas, precisam ser consideradas:



1) A Estrutura curricular complementar vigente para o Novo Ensino Médio /2019, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, para as escolas-piloto do Novo Ensino Médio, sendo composta por dois componentes curriculares obrigatórios: Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil; Iniciação Científica e Pesquisa e seis Eletivos – Mundo do Trabalho; Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital; Produção e Fruição das Artes; Cultura Corporal; Educação Fiscal e Educação Financeira.

2) E na parte Eletiva, a escola deverá eleger dois componentes, por série, sendo uma aula semanal para cada componente. As Eletivas podem ser desenvolvidas a partir de temas geradores escolhidos pelos estudantes juntamente com os professores. Tais temas devem relacionar-se com as ementas dos componentes curriculares, direta ou indiretamente. Cada turma pode abordar quantos temas o tempo escolar permitir, podendo, ainda, trabalhar o mesmo tema com toda a turma ou trabalhar temas diferentes com grupos de estudantes, a partir do interesse destes. Nessa metodologia, toda a turma pode ser dividida em grupos para realização das atividades, de forma que nenhum estudante fique sem desenvolver o proposto pelo componente eletivo e é oportuno promover projetos diversos por grupos, de professor orientador e estudantes protagonistas.



4 MODALIDADES

A escola é um espaço plural e, sendo assim, é preciso conhecer a prática educativa desenvolvida em cada Unidade Escolar, suas particularidades e singularidades; a forma como se efetiva a aprendizagem, o ensino, o protagonismo e o projeto de vida de cada estudante.

As modalidades educacionais devem seguir as mesmas diretrizes indicadas para todas as escolas da rede, consignadas neste documento, resguardando as especificidades do público e do atendimento.

4.1 Educação Indígena

A educação escolar indígena, como um direito humano e social, assegurado pela Constituição Federal de 1988, Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas (2007), Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Resolução n.º 5, de 22 de junho de 2012 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, é definida como uma modalidade diferenciada que busca assegurar o bilinguismo, o multilinguismo, a organização comunitária, a interculturalidade e os processos de ensino e de aprendizagem específicos dos povos indígenas como fundamentos para o modelo de organização e gestão das escolas.

A educação indígena deve seguir as diretrizes indicadas para todas as modalidades de ensino da rede estadual de educação do Tocantins, consignadas neste documento, resguardando as especificidades do público e do atendimento, considerando as orientações como meio de cuidado e preservação da saúde dos estudantes indígenas e da comunidade escolar.

Para isso, orientamos que o material didático destinado às escolas



indígenas deva estar alinhado com o Currículo e com a Resolução 05, de 22 junho de 2012, alicerçado na prática pedagógica e educativa desenvolvida em cada unidade de ensino, suas particularidades e singularidades; a forma como se efetiva a aprendizagem, o ensino, o protagonismo e o projeto de vida de cada estudante; assegurando os três componentes curriculares específicos: Língua Indígena, Saberes Indígenas e Cosmologia.

As DREJEs deverão dar suporte necessário às escolas neste período em que estarão em atendimento aos alunos, via aulas não presenciais ou híbridas, e no caso específico das escolas indígenas que não dispõem de instrumentos tecnológicos, o trabalho deverá ser desenvolvido com acompanhamento dos pais ou responsáveis, orientados pelos professores que estarão cumprindo sua jornada de trabalho no atendimento individualizado ao aluno.

A equipe pedagógica e direção da escola deverão informar à comunidade escolar, aos pais ou responsáveis e todos os envolvidos no processo educacional que os estudantes estarão desenvolvendo atividades e que precisam de acompanhamento. Orientar ainda que, caso os estudantes não consigam desenvolver as atividades, é necessário incentivá-los e comunicar à escola, que deverá ter sempre um professor, no horário de funcionamento, para apoio aos docentes.

A escola deverá encaminhar orientações, com data de início e de entrega referentes às atividades repassadas, de modo que o aluno possa reorganizar sua rotina escolar, bem como criar roteiros de acompanhamento dessas atividades e adotar estratégias com atendimento programado, em períodos alternados, para atendimento individualizado ao estudante.

Os professores têm autonomia para preparar o material didático necessário para que os estudantes indígenas possam desenvolver suas atividades em casa. Para isso, devem realizar o planejamento,



planos de aula, calendário de atividades dos alunos e preparar o material didático pedagógico como apostila, texto e exercícios, com devidos registros e controle da frequência, em diário de classe, para posterior inspeção.

Indicamos como material de apoio o vídeo “Abril Indígena”, produzido e disponibilizado no site da Seduc, e materiais didáticos e paradidáticos específicos, produzidos pela Universidade Federal do Tocantins - UFT e pela Universidade Federal de Goiás, disponíveis nas escolas indígenas.

Sugerimos, ainda, que os professores planejem os roteiros de estudos de forma que os estudantes possam explorar o ambiente em que vivem, seu entorno, compreendam o tema proposto e as práticas da comunidade, em consonância com as necessidades específicas de sua realidade. Assim, o roteiro permitirá uma construção do conhecimento realizado pelos estudantes, de forma vivencial que, no momento de retorno presencial, será objeto de análise e aprofundamento.

Outro instrumento didático pedagógico são os rádios amadores que as aldeias possuem e que podem servir como instrumento de comunicação, informação, orientação e formação, possibilitando ao diretor, coordenador, secretário, professor(a), cacique e conselheiro manter a comunidade escolar informada.

Algumas aldeias têm acesso às mídias sociais, WhatsApp, e-mail e celulares, esses instrumentos podem ser utilizados como meio de comunicação entre DREJEs e escolas, professores indígenas e não indígenas, alunos e professores, no sentido de informar, orientar e tirar dúvida, durante este período de aulas não presenciais ou híbridas.

4.2 Educação do Campo e Quilombola



Os Componentes Curriculares Saberes e Fazeres do Campo, Saberes e Fazeres Quilombola e Cultura Quilombola contribui para uma educação diferenciada e específica levando em consideração um saber contextualizado, de acordo com a realidade do educando, com sua vida, com seu trabalho, com sua vivência social e, principalmente, com suas manifestações culturais.

No planejamento das aulas e dos Roteiros de Estudos desses componentes curriculares faz-se necessário consultar o Caderno de Sugestões Pedagógicas, elaborado pelos técnicos da Gerência de Educação do Campo e Quilombola, com objetivo de auxiliar a prática docente e o desenvolvimento das experiências de aprendizagens dos estudantes.

As Escolas que possuem na sua estrutura curricular a Parte Diversificada das Escolas de Tempo Integral- ETI têm, ainda, orientações para o planejamento das aulas e Roteiros de Estudos utilizadas pelas ETI's.

4.3 Educação de Jovens e Adultos e EJA para Pessoas Privadas de Liberdade Presencial

A partir do início das atividades educacionais em 2021, as atividades planejadas e desenvolvidas devem dialogar com as experiências vividas pelos estudantes, e considerar a pandemia e seus impactos como contexto multidisciplinar. Para tanto, propomos que o acolhimento dos estudantes dessa modalidade seja feito por meio de Círculos de Diálogos (dinâmica no anexo) virtuais ou por meio impresso (e presencial no momento do retorno híbrido) para escuta sensível com proposições, sendo importante que os professores também falem de suas vivências, sentimentos e desafios.

As atividades devem partir da realidade, ser objeto de



aprofundamento teórico e retornar à realidade como uma resposta à situação inicial, em um processo dialógico de reflexão-ação. Os processos avaliativos também podem ser realizados na perspectiva da integração, propondo avaliações por área de conhecimento. Para a materialização dessa concepção, sugerimos às equipes pedagógicas:

- elencar temáticas integradoras, ouvindo também os estudantes;
- identificar os pontos de contato que podem ser trabalhados em cada área de conhecimento/componente;
- reorganizar o plano de ensino a partir desse processo, priorizando objetivos e conteúdos essenciais e elaborar planos de estudos para as turmas/etapas, considerando a articulação entre as atividades realizadas no tempo vivencial e as atividades realizadas no tempo institucional.

Para estudantes que tenham o Enem como prioridade, orientamos que as equipes preparem planos de estudos específicos, indicando os materiais e as videoaulas produzidas pela Seduc para esse fim. Para isso, sugere-se que os professores disponibilizem orientações aos alunos de como destacar as ideias principais dos textos ou vídeo aulas, fazer fichamentos e anotações de síntese, organização de mapa conceitual ou esquemas, entre outras dicas, de acordo com a atividade proposta.

Sugere-se, ainda que os Cadernos de Estudo, elaborados com objetivo de auxiliar o corpo docente no exercício de seu trabalho e pedagógico e aos estudantes do 1º ao 3º segmento da – EJA para o desenvolvimento em sua aprendizagem, sejam consultados e utilizados, como mais um subsídio para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Salientamos que os estudantes terão o apoio dos professores, tanto na modalidade não presencial ou híbrida.

Para o desenvolvimento das habilidades planejadas, os professores, com apoio da equipe gestora das escolas, devem planejar



roteiros de atividades que comporão uma programação quinzenal proporcional ao número de aulas oferecidas pela estrutura curricular para cada período e segmento, primando pelo alcance dos objetivos de aprendizagem, que devem estar alinhados ao mundo do trabalho, a valorização dos saberes não escolar e as implicações das condições de vida e trabalho dos estudantes no atual contexto.

Os professores podem, também, optar pela Pedagogia de Projetos, buscando ferramentas de apoio para a realização das atividades educacionais não presenciais, utilizando o acesso à cultura e às artes, por meio de tecnologias digitais ou não, a fim de estimular a autogestão do conhecimento e da aprendizagem.

Será importante realizar um levantamento do perfil dos estudantes da EJA para verificar quais os recursos tecnológicos que eles têm disponíveis para desenvolver as atividades remotas, sejam eles: computador, internet, celular e televisão, dentre outros. Esse levantamento poderá ser feito utilizando diversos recursos – formulários online, consulta por meio de ligações aos estudantes ou outras estratégias planejadas pela unidade de ensino, no intuito de alcançar a todos os estudantes.

No caso de haver estudantes que não disponham de nenhum recurso digital, será necessária a realização de atividades em materiais físicos (tais como os cadernos do aluno, livros didáticos, blocos de atividades, livros de literatura, ou roteiros de estudos, listas de atividades impressas pelas escolas). Neste sentido, as temáticas propostas nos roteiros, conectadas ao cotidiano dos alunos, possibilitam que os objetos de conhecimento estejam contextualizados em cenários que mobilizem o interesse dos estudantes, com a valorização dos seus saberes prévios e acenem com novas perspectivas sobre a realidade.



4.3.1 Para as Unidades de Ensino EJA – PPL

Em conformidade com as orientações legais e autorização da Seduc, o início das aulas no Sistema Prisional se dará com o retorno dos segmentos atendidos, por meio de atividades não presenciais, dadas as peculiaridades do próprio sistema, e mediada pelos professores no momento de retorno híbrido.

As atividades não presenciais serão por componente curricular, obedecendo a carga horária estabelecida, as quais o professor tem a responsabilidade de elaborar os roteiros de estudo, entregar o material para o coordenador pedagógico, esclarecer as dúvidas encaminhadas pelos estudantes, bem como a correção e registro das atividades.

O coordenador pedagógico tem como responsabilidade redistribuir as atividades aos professores por componente curricular; orientar os professores na elaboração dos roteiros de estudo; orientar e acompanhar o trabalho docente no planejamento do retorno híbrido; orientar os projetos pedagógicos previstos pelos professores para ser desenvolvidos pelos estudantes; montar o kit para os estudantes, (de forma nominal), entregar ao servidor designado para levá-las à Unidade Prisional, bem como receber os kits da semana anterior.

Cada unidade escolar deverá consultar a direção da unidade prisional sobre a quantidade de material impresso, que consta de 15 páginas para todos os componentes curriculares, conforme o acordado com a Secretaria de Cidadania e Justiça, que deverá ser encaminhada semanalmente. A unidade prisional pode aumentar a quantidade, desde que a Secretaria de Cidadania e Justiça esteja de acordo. Nos roteiros de estudos, o professor deverá atentar para a inserção das competências socioemocionais, RESPEITO, CIDADANIA, AUTOUIDADO, RESPONSABILIDADE, AUTOCONHECIMENTO.



4.4 Socioeducativo

4.4.1 Atividades não presenciais

O atendimento aos/às adolescentes em situação de conflito com a Lei, necessariamente, envolve a consciência de que esses (as) estudantes são sujeitos de direitos em situação de risco social e de que a educação é direito fundamental.

Por isso buscamos fortalecer a oferta de escolarização na socioeducação, resguardando o caráter educativo e de ressocialização que deve nortear as ações das Unidades de Internação, no sentido de amenizar, ao máximo, a consternação desses (as) estudantes em razão da privação de liberdade.

Nesse contexto, é de fundamental importância a mediação dos assessores regionais junto aos coordenadores (as) pedagógicos (as) no acompanhamento e a materialização do planejamento; do cronograma de atividades a serem produzidas pelos(as) professores(as) e realizadas pelos(as) estudantes, com previsão de devolutivas, na perspectiva formativa de avaliação. É fundamental, ainda, que as atividades sejam oferecidas utilizando-se da diversificação dos meios, que envolvem, desde materiais impressos ao uso Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), quando disponíveis.

Para o planejamento, elaboração e aplicação das atividades pedagógicas recomendamos:

- Que contemplem a educação para a diversidade, cidadania e educação, direitos humanos, educação para a sustentabilidade, uma vez que esses eixos possibilitam que a organização curricular seja integrada, de forma a evidenciar temas ou conteúdos atuais e importantes para sociedade;
- Realização de projetos pedagógicos e/ou sequências



didáticas, que contemplem a realidade específica do Sistema Socioeducativo;

- Utilização de materiais impressos, (roteiros de estudos);
- Videoaulas e áudios produzidos pelos (as) próprios (as) docentes ou disponibilizados pelas plataformas digitais (internet), revisados pela coordenação escolar antes de apresentar aos estudantes;
- Que as atividades pedagógicas não presenciais sejam disponibilizados/aplicadas pelos (as) pelos professores e organizado pela direção da escola, com o apoio da equipe de profissionais da SECIJU, de acordo com as orientações das duas pastas, por meio do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente de meios digitais e virtuais.
- Que a equipe gestora possa organizar com toda a equipe escolar acolhimento especial para os professores e estudantes de acordo a realidade de cada Unidade Escolar.

Vale ressaltar que as plataformas digitais devem ser utilizadas pelos (as) professores (as) e demais servidores que atuam na Socioeducação para o planejamento pedagógico semanal e elaboração diária de atividades pedagógicas. As atividades propostas podem ser somadas à disponibilização de jogos e materiais concretos. Ademais, conteúdos audiovisuais como áudio de podcasts e vídeos elaborados ou selecionados pelos (as) professores(as) poderão ser gravados em mídias (pendrive) com o apoio dos coordenadores pedagógicos para disponibilização aos(às) estudantes, mediante planejamento.

4.4.2 Atividades presenciais

O atendimento educacional dos estudantes do Sistema Socioeducativo do Estado do Tocantins, no formato presencial, é



celebrado por todos os envolvidos na modalidade de ensino e, principalmente, pelos próprios estudantes. A interação social na sala de aula é uma oportunidade de reflexão sobre a vida, bem como de realizar tarefas diferentes da realidade que vivem no alojamento.

Para o início das atividades presenciais no ano letivo de 2021, considerando as especificidades da modalidade de ensino, recomenda-se:

- A realização de diagnóstico para conhecimento do grau de aprendizagem dos estudantes durante a pandemia;
- Mapeamento das Unidades Escolares com a realidade atual;
- Escuta dos professores para sugestões em relação ao retorno das aulas presenciais;
- Organização para uma acolhida estratégica envolvendo equipe gestora, professores e estudantes;
- Alinhamento do planejamento de acordo as orientações da Seduc;
- Reestruturação do PPP com ações direcionadas a realidade do público atendido;
- Preparação do ambiente escolar;
- Revisão e acompanhamento do planejamento dos professores;
- Realização de projetos de estudos pelos professores por área de conhecimentos com temas relacionados ao ensino e aprendizagem dos estudantes frente a este contexto de pandemia;
- Realinhamento do currículo de acordo com as temáticas integradoras em que as áreas de conhecimento/componentes curriculares, uso de plataformas digitais com o monitoramento dos professores.



4.5 Educação Especial

A Educação Especial é a modalidade de ensino, cujo processo educacional é definido como uma proposta pedagógica que assegura um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns. É objetivo da Educação Especial garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento pleno das potencialidades dos estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Princípios como, equidade, igualdade de oportunidades educacionais e respeito pelas necessidades específicas são norteadores das políticas educacionais inclusivas, implementadas pela Seduc, que se reestruturam para um redimensionamento da escola não somente para a aceitação, mas também para a valorização das diferenças. O intento é fortalecer a identidade individual e coletiva, bem como respeitar o direito ao ato de aprender e de construir, respeitadas as suas necessidades educacionais especiais, dos estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. no cotidiano da sala de aula.

Nesta perspectiva, a Educação Especial busca redimensionar ações que de fato oportunizem a estes estudantes, um ensino-aprendizagem que lhe permita igualar conhecimentos, a partir de mecanismos de apoio e ações diferenciadas, como um espaço acolhedor que ofereça metodologias, materiais e equipamentos acessíveis e adaptados às suas especificidades, ampliando suas possibilidades de compreensão e interação entre estudantes, professores e o meio biopsicossocial.

Neste contexto, a Educação Especial assegura a inclusão escolar dos estudantes nos sistemas de ensino, com participação e continuidade nos níveis educacionais, visando à transversalidade



desta modalidade, desde a Educação Infantil à Educação Superior, de modo a implantar e implementar os serviços de atendimento por meio das Salas de Recursos Multifuncionais para a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, tendo como subsídio o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, dos estudantes.

Convém ressaltar a importância da identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes incluídos, as quais servirão de subsídios para os professores fazerem as melhores escolhas das estratégias pedagógicas e dos recursos necessários a serem utilizados nas atividades desenvolvidas pelos estudantes. Desta maneira, o atendimento da Sala de Recursos Multifuncional será realizado no contraturno das classes comuns, permitindo, contudo, um atendimento diferenciado, constituindo em oferta obrigatória dos sistemas de ensino, desde que seja uma decisão do estudante e/ou de seus pais/responsáveis.

Neste ínterim, o currículo acessível garante a esses estudantes participação ativa em suas amplas vivências, elevando sua capacidade e senso crítico, calcadas em estratégias de aprendizagem inovadoras, centradas em um novo fazer pedagógico, permitindo assim sua construção de saberes, subsidiando-os para que desenvolvam um currículo inclusivo e participativo. Cabe salientar que se faz preponderante que o professor identifique as potencialidades dos estudantes, invista em ações positivas que estimulem sua autonomia e autoconfiança.

Diante do exposto, a promoção da inclusão se faz, primordialmente, em todos os ambientes escolares, atribuindo por excelência o Atendimento Educacional Especializado – AEE, realizado de forma complementar e ou suplementar. O atendimento deverá ser organizado pelos profissionais responsáveis, mediante roteiro de estudos, oferecendo apoio e orientação às famílias para envolvimento



e participação no processo educacional de suas crianças e jovens, favorecendo, por conseguinte, o acesso ao currículo e a integração biopsicossocial dos estudantes.

Para os alunos com deficiência visual e cegos, os materiais didáticos devem ser disponibilizados em formato acessível para uso dos programas de leitores de tela, lupas digitais e impressão ampliada, devendo utilizar letras sem serifas como: arial, verdana, tahoma ou helvética; descrição das imagens: Fotos, ilustrações, gráficos e quaisquer elementos não textuais que também são fontes de informação e, portanto, precisam estar acessíveis a todas e todos.

Aos demais estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos do espectro autista, incluídos nas Unidades Escolares da Rede Regular, do Centro de Atendimento Educacional Especializado e das Escolas Especiais/APAEs, deve ser utilizada uma linguagem adequada às especificidades, para que os estudantes compreendam e realizem as atividades propostas no portfólio, objetivando sua participação de forma efetiva, inclusiva e respeitando a individualidade.

4.5.1 Orientações para professores de sala de recursos multifuncionais/atendimento educacional especializado – AEE

Nesta perspectiva educacional orienta-se:

- Revisão do planejamento anual – considerando os objetivos a serem alcançados no contexto de aulas não presenciais;
- Revisão do Plano de Desenvolvimento Individualizado- PDI;
- Realizar avaliação diagnóstica com alunos novos, considerando as três áreas de conhecimento (área psicomotora, área social/afetiva e área cognitiva);



- Realizar estudo de caso com os alunos novatos; atualizar todos os planos (anual e individualizado);
- Observar durante a avaliação diagnóstica as intervenções pedagógicas e os recursos que deverão ser adquiridos ou confeccionados para os alunos (tecnologia assistiva);
- Observar se o PPP da escola possui a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado- AEE (texto descritivo do atendimento ofertado e com embasamento legal);
- Verificar se o plano de ação da escola possui ações e/ou projetos que contemplam alunos, família e professores dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento;
- Sugerir ações inclusivas para inserção no Projeto Político Pedagógico.

4.6 Educação Profissional

A Educação Profissional no contexto de continuidade em formato não presencial e com a possibilidade de retorno gradual ainda no ano letivo de 2021, se fundamenta na legislação específica, bem como apresenta condições, procedimentos, estratégias pedagógicas e técnicas administrativas voltadas à realidade e fatores específicos relacionados ao perfil da formação, modelo pedagógico e administrativo, definições do plano de curso, caracterização dos estudantes e do quadro de servidores.

O Planejamento para o atendimento das turmas da Educação Profissional integra o Diagnóstico das Unidades Escolares, identificando servidores e estudantes do grupo de risco; avaliando estrutura, possibilidade e capacidade para adequações e formas seguras para atendimento aos estudantes; garantindo acessibilidade pedagógica, a finalidade do curso, a proteção e segurança à sua saúde e integridade

física. Esse planejamento deve estar alinhado aos preceitos e pressupostos da educação profissional, como parte essencial para a delimitação das atividades educacionais, administrativas e de apoio pedagógico.

Assim, para continuidade no formato não presencial ou em possível retorno gradual às atividades presenciais, são primordiais para os cursos profissionais a adaptação das ações didáticas planejadas, avaliação sistemática, promoção do alinhamento curricular, definição das aprendizagens essenciais, diversificação das metodologias de ensino, revisão do processo avaliativo para assegurar a oferta, o sucesso e a finalidade formativa. Destaca-se que, mesmo ações executadas estão sujeitas a novas adequações, reelaboração e/ou aplicação em espaço e momentos diferenciados conforme o cenário local.

A oferta dos Cursos de Educação Profissional se materializa no Plano de Retorno da Unidade Escolar, em todas as suas dimensões, respeitando os mesmos princípios, valores, preceitos e procedimentos estabelecidos para a Rede Estadual de Ensino, adequando-os à realidade dos cursos, estudantes, contexto formativo e relação com o campo de formação. Ainda sobre a oferta, ressalta-se a importância da observância às recomendações, atos legais e orientações da Comissão de Crise e/ou de enfrentamento à COVID-19 do município (nomenclatura definida pelo Gestor do município) e da Comissão Local de Saúde - COLSAÚDE da Unidade Escolar e das Comissões Regionais.

O perfil dos estudantes e da comunidade atendida pela modalidade são fatores que exigem o fortalecimento de uma cultura de diálogo e parceria contínua entre todos os envolvidos na comunidade escolar. Nesse sentido, destacam-se a importância dos instrumentos de escuta, pactuação, divulgação de informações e publicização do plano, além de se recomendar ações e manifestação da família e/ou



responsável, quanto à ciência e concordância do retorno (termo).

Nesse momento, torna-se imperativo estabelecer compromissos conjuntos com a família, profissionais, servidores e dos próprios estudantes, frente à responsabilidade individual e coletiva de adotar medidas de proteção, distanciamento e isolamento voluntário ou recomendado, bem como para o imediato afastamento das atividades em caso de suspeita, procurando o atendimento em saúde em sua localidade.

As Unidades Escolares que ofertam o curso profissional em regime de internato e aquelas de regime de alternância, devem dedicar maior atenção para identificar as particularidades, os riscos, as condições físicas, de logística e de aplicação das medidas individuais e coletivas, para definir estratégias seguras para o uso do alojamento pelos estudantes. Se estas não forem possíveis, procurar alternativas no ensino híbrido, revezamentos diferenciados e outras formas de atendimento.

Os desafios impostos pela pandemia são oportunidades para encontrar novas formas de atendimento, metodologias diferenciadas que podem incluir redução no quantitativo de estudantes e servidores por etapa/revezamento, ensino híbrido em roteiros próprios para a formação técnica, momentos específicos por grupo diferenciados e avaliações mediadas por tecnologia, sempre respeitando as particularidades da região, localidade e realidade escolar, curso de oferta e diretrizes da área de formação.

O atual cenário demanda a adoção de ações formativas contínuas e intensas, quanto à formação em serviço, manutenção das medidas de proteção individuais e coletivas, monitoramento e controle das ações destinadas à prevenção de risco, biossegurança e aplicação dos protocolos de retorno seguro, gradativo e monitorado das atividades presenciais. Assim, é importante estabelecer novas



rotinas e promover mudanças duradouras e necessárias nos hábitos de servidores, estudantes, famílias e comunidade quanto ao uso dos espaços escolares e formas de convivência e interação.

A implementação do Plano de Curso, no que diz respeito à carga horária, aprendizagens essenciais, metodologias, avaliação deverão ser mantidas, resguardando a identidade, regularidade da trajetória formativa e perfil de conclusão, cabendo adaptações nas metodologias, formas de orientação e registros, somente nos aspectos permitidos pelos órgãos reguladores e de controle. A efetivação desse documento também aponta como prioridade, o equilíbrio entre teoria e prática, relação com as exigências do mercado de trabalho, expectativas e finalidade educativa e de desenvolvimento profissional. As situações ou adequações que alterem aspectos fundamentais não devem ser aplicadas sem a anuência formal à Diretoria Regional de Educação, Juventude e Esportes e, caso necessário, à Gerência de Educação Profissional – GEP/SEDUC.

No que se refere aos componentes curriculares e às ações relativas a Estágios Supervisionados, Práticas Simuladas/Supervisionadas e Trabalhos de Conclusão de Curso em todas as suas devidas etapas, produções e aferição de resultados, orienta-se que estes sejam objeto de análise legal e pedagógica, garantindo a convergência da ação/adaptação da atividade com a competência e objetivo da formação profissional, além de prever o acesso às ferramentas tecnológicas.

Nesse sentido, compete à Coordenação de Curso, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Gestão Escolar elaborar, junto aos estudantes, um Planejamento específico e detalhado que será anexado ao Plano de Retorno da Unidade Escolar, atentando para a Resolução CEE/TO nº 154/2020, que estabelece alternativas pedagógicas, para que os estágios vinculados às práticas sejam realizados de forma igualmente virtual ou não presencial. É importante



destacar que essas atividades são essenciais para a integralização dos estudos dos estudantes, portanto recomenda-se a organização de um dossiê individual do estudante para a guarda das evidências, bem como os registros das atividades nos diários de classe- SGE e relatórios.

Desta forma, elencamos as seguintes ações:

a) Planejamento colaborativo e definição conjunta do coordenador de curso, coordenador pedagógico e do professor orientador das atividades propostas, a partir de reuniões on-line e/ou presenciais sistemáticas para alinhamento das atividades a serem realizadas;

b) Apresentação das definições do Planejamento para as Comissões locais e Regionais de Segurança e Monitoramento da COVID-19, requerendo a validação e providências cabíveis;

c) Elaboração de cronograma e cumprimento do mesmo, por parte do estagiário, orientador/supervisor, abrangendo a carga horária definida no plano de curso;

d) Acompanhamento efetivo do Coordenador de Curso, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional e do Professor Orientador, das atividades a serem realizadas pelo estagiário, por meio de ferramentas mistas como: envio recíproco de e-mails, ligações telefônicas, web conferências, mensageiros eletrônicos, entrega e devolutiva de relatórios via roteiros impressos, entre outras atividades a serem definidas pelo Coordenador de Curso e/ou Orientador do Estágio;

e) Após a realização de cada atividade, os professores atualizam e validam os documentos no Dossiê e, também, encaminham feedback aos estudantes, podendo este ser compartilhado e apresentado de forma escrita ou oral, por meio de reunião on-line, Web-seminário ou aula virtual (YouTube, Google Meet ou outros aplicativos)



com registro de evidências e comprovações, valendo como banca de avaliação se necessário.

f) A Gestão da Unidade de Ensino (Diretor, Coordenador Pedagógico, Secretário, Coordenador de Curso, Orientador Educacional, entre outros) deve coordenar e envolver-se ativamente no planejamento, execução e avaliação do Plano de Retorno e Proposta de atividades Práticas e/ou Estágio (Dossiê);

g) Entrega semestral de relatório por parte dos estagiários ao professor orientador, constando todas as adaptações, estratégias aplicadas, com descrição e evidências das atividades realizadas no período.

4.7 Escolas Cívico-Militares

De acordo com o manual das escolas cívico-militares (MEC 2019), as Escolas Cívico-Militares (Ecim) são estabelecimentos públicos de ensino regular, estaduais ou municipais, que aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. No Estado do Tocantins somente as escolas estaduais aderiram ao Programa mediante termo de cooperação entre o Governo do Estado e o Governo Federal. Foram contempladas, até o momento, cinco escolas, sendo duas na capital, uma em Paraíso do Tocantins, uma em Gurupi e uma em Formoso do Araguaia que ofertam o ensino regular na educação básica, nas etapas ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e ensino médio (1ª a 3ª série), nos turnos matutino e vespertino.

As Ecim, conforme o referido manual, integram a estrutura da rede pública de ensino e possuem como finalidade prover uma educação básica de qualidade, proporcionando ao seu corpo discente o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania,



a capacitação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional. As Ecim pautam-se nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; respeito às diferenças individuais; valorização dos profissionais da escola; gestão democrática; valorização da experiência extraescolar; busca permanente pela melhoria da qualidade; educação integral; e participação ativa da família na escola. São baseadas nos valores do civismo, da dedicação, da excelência, da honestidade e do respeito, colocando sempre o bem da comunidade escolar e da sociedade em geral acima dos interesses individuais, almejando despertar no discente o respeito pelo outro e pelas autoridades.

A proposta pedagógica das Ecim objetiva oferecer ao estudante condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos, considerando a realidade de sua vida, proporcionando uma formação integral para o seu desenvolvimento nos aspectos físico, intelectual, afetivo, ético, moral, social e simbólico. Busca ainda desenvolver atitudes crítico-reflexivas, espírito investigativo, criatividade, curiosidade, imaginação e iniciativa, para que o estudante aprenda a aprender e busque soluções para os problemas da vida cotidiana. Todas as propostas pedagógicas das Ecim são norteadas pela valorização das manifestações artísticas, culturais e esportivas dos estudantes, tendo-os não apenas como espectadores, mas também como participantes e disseminadores das propostas.

Os estudantes dessa modalidade de ensino integram a administração da escola, visando desenvolver as relações interpessoais baseadas em princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários. O corpo discente das Ecim é organizado para que cada turma tenha um aluno na função de Chefe e um na função de Subchefe de Turma,



designados por meio de um rodízio entre os discentes, de acordo com a escala elaborada pelo Monitor, os discentes ainda participam de representação em cerimônias cívico-militares e nas formaturas da escola.

A estrutura administrativa das Ecim continua nos mesmos moldes da existente na rede com acréscimo do corpo de monitores, que são militares da reserva ou da ativa, coordenados por um Oficial de Gestão Educacional e o Oficial de Gestão Escolar que é o assessor do Diretor nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. O corpo de monitores é responsável pela gestão educacional e atua na promoção de atividades que visam a difusão de valores humanos e cívicos estimulando o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes no estudante em sua formação integral como cidadão em ambiente escolar e externo à sala de aula.

No retorno das atividades presenciais/ensino híbrido as Ecim seguirão as orientações administrativas, financeiras e pedagógicas, propostas pela Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes, assim como as demais unidades escolares da rede estadual de ensino do Tocantins, com a missão de proporcionar uma educação de qualidade e formação cidadã, com a garantia do acesso, atendimento, permanência e sucesso na aprendizagem dos estudantes.

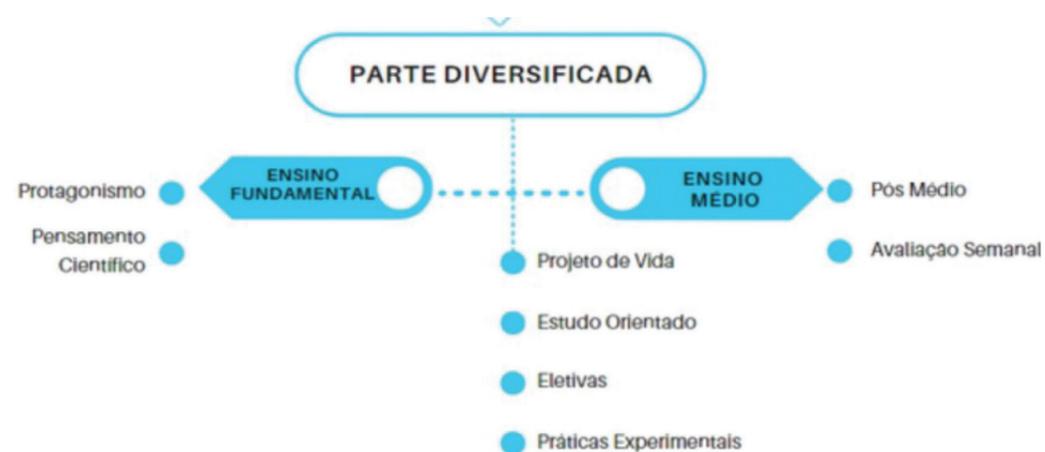
4.8 Escolas de Tempo Integral / Parte Diversificada do Currículo

A Parte Diversificada do Currículo exerce papel fundamental no desenvolvimento dos estudantes, possibilitando articulação entre o mundo acadêmico e as práticas sociais; ampliando, enriquecendo e diversificando o repertório de experiências e conhecimentos.

As orientações a seguir são norteadoras, buscando incentivar e acompanhar



a construção de uma rotina de estudos para além do espaço escolar, mas focado na significação de conhecimentos, socialização e construção de projetos de vida.



a) Projeto de Vida

As aulas de Projeto de Vida precisam reforçar a construção dos sonhos, fomentar o desenvolvimento das competências socioemocionais, a produtividade, para que o estudante reflita sobre quem ele é e quem quer ser, de modo a trilhar o próprio caminho estimulando seu desenvolvimento integral.

O ponto focal das aulas de Projeto de Vida nesse momento é o acolhimento e as vivências de sentimentos, com momentos de partilhas de experiências, permitindo ressignificações.

a.1.) Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Os temas para as turmas de 1º ao 5º ano possuem como eixos norteadores as abordagens nos seguintes focos listados abaixo, e devem ser trabalhados de forma interdisciplinar, de modo que as habilidades não se tornem repetitivas entre os componentes curriculares.

Temáticas: 1º e 2º Ano (Curiosidade para aprender, imaginação



criativa, interesse artístico e autoconfiança), 3º Ano (empatia, confiança, respeito, tolerância, imaginação criativa, autoconfiança), 4º Ano (iniciativa social, assertividade, respeito, entusiasmo e tolerância, autoconfiança) e 5º Ano (Iniciativa social, determinação, organização, respeito, foco, persistência, assertividade, autoconfiança e responsabilidade).

a.2.) Ensino Fundamental - Anos Finais

Para o planejamento das aulas e realização das atividades pelos estudantes, será encaminhado de forma digital (uso das escolas e professores) e impresso (uso dos estudantes / consumível) o **Caderno de Projeto de Vida**.

Os Cadernos foram elaborados de forma modular (6º e 7º Ano / 8º e 9º Ano), com temáticas essenciais para a manutenção do foco dos estudantes.

Caderno Projeto de Vida:

6º e 7º Ano: <https://drive.google.com/file/d/1NBtkMxWnSGtrqOVLXO9y8D-52Dmi7W4x/view?usp=sharing>

8º e 9º Ano: <https://drive.google.com/file/d/1Y-pkYzhpGYttdQVL7d79ad6ZpSfLY07w/view?usp=sharing>

a.3.) Ensino Médio

É importante reforçar o autoconhecimento, a construção dos sonhos, fomentar a resiliência, para que os estudantes do Ensino Médio, a partir de uma visão motivacional e reflexiva consigam manter o foco, de modo a trilhar o próprio caminho estimulando seu desenvolvimento integral, com dedicação, disciplina e planejamento.

Para garantir que o currículo de Projeto de Vida seja cumprido e os estudantes elaborem o seu Projeto de Vida sem prejuízo das temáticas essenciais, trabalharemos com uma “Edição Especial” em 2021, de modo a perpassar por todos os temas das séries.

Para o planejamento das aulas, a partir das habilidades e



temáticas, os professores têm como apoio:

- Cadernos de Projeto de Vida: (https://drive.google.com/file/d/17_vva0ENTmFgENxzeloT8mZftV2P7moiP/view?usp=sharing);

Edição Especial para as Aulas de Projeto de Vida 1ª e 2ª Série (https://docs.google.com/document/d/1bx5VOrEGeq85_CSHrHHsZRpyKkF3gCNJfJMLsLCb8/e/dit?usp=sharing)

- Livros de Projeto de Vida do PNLD 2021/Objeto 1.

b) **Estudo Orientado**

O planejamento das aulas de EO envolve diferentes propostas e estratégias de ensino, para que os estudantes criem hábitos, rotinas de estudo e compromisso; desenvolvam a organização pessoal, do tempo e do espaço, estabelecendo prioridades; planejando agenda das atividades escolares e planos de estudos e identifiquem a maneira como aprendem melhor, ampliando sua responsabilidade, sua autoconfiança e seu protagonismo.

Com o ensino não presencial ou híbrido, como suporte a superação do desafio de desenvolver as competências e habilidades previstas e atingir os objetivos propostos, todas as etapas e modalidades terão como apoio o Caderno de Estudo Orientado, disponível no drive:

https://drive.google.com/file/d/1oMI_LhsTIR-D8B_mklBeAoLr2GviXrol/view?usp=sharing.

c) **Eletivas**

As Eletivas são um importante apoio para a implementação e o fortalecimento da BNCC, objetivando a ampliação e o enriquecimento do repertório cultural dos estudantes, bem como o estímulo à criatividade por meio da exploração de temas presentes nas ciências, nas artes, nas linguagens e na cultura corporal por meio de metodologias dinâmicas e atividades diversificadas.

Na sua organização, por meio de uma proposta interdisciplinar, envolvendo no máximo 03 (três) componentes curriculares, devem ser



trabalhadas por meio de PBL - aprendizagem baseadas em problemas/ Metodologias ativas, por temas geradores com intencionalidade pedagógica; divulgar, de forma atrativa, a oferta de Eletivas por meio de um feirão adaptado ao cenário atual; apresentar e discutir toda a proposta de forma aberta com os estudantes, deixando-os inseridos na construção contínua das atividades; disponibilizar um formulário virtual ou físico para que o estudante faça a inscrição na Eletiva de sua preferência; o produto final das Eletivas será feito por meio do Portfólio, individuais ou por turmas.

Lembrando que ao elaborar o roteiro de estudo/ementa devemos pensar os diferentes perfis de estudantes já mapeados por toda a escola, contemplando efetivamente a todos, com propostas objetivas claras.

c.1.) **Ensino Fundamental**

Orienta-se que os estudantes continuem nas turmas de origem.

c.2.) **Ensino Médio**

Orienta-se que os estudantes sejam “organizados” entre as turmas da mesma série, com temáticas focadas em seus interesses, Projetos de Vida, necessidades de aprendizagens, dentre outros.

d) **Práticas Experimentais**

Potencializam a aprendizagem dinâmica e significativa, estimula o protagonismo e permite que os estudantes desenvolvam habilidades socioemocionais, como cooperação, trabalho em equipe, resiliência, comunicação, argumentação e respeito.

Para a organização das aulas, tanto nas etapas de Ensino Fundamental quanto Médio, orienta-se trabalhar dentro do componente curricular da área, interpretar e resolver situações problemas, estudos de casos, artigo de opinião que envolvam dados de pesquisas sobre os objetos de conhecimento planejado ou assuntos apresentados pela



mídia, redigir escritos com o objetivo de sintetizar conclusões, leitura e interpretação de tabelas e gráficos, entre outros.

As atividades Práticas sugeridas nos Roteiros de Estudos deverão utilizar materiais do cotidiano, sem exigência de equipamentos adicionais ou espaços específicos, que preservem a segurança dos estudantes e permitir compreender com autonomia as etapas de realização, fazer registros de modos variados e elaborar considerações sobre o experimento, incluindo a autoavaliação.

e) Protagonismo

e.1.) Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Para os anos iniciais, vale destacar a importância da valorização de situações lúdicas e a possibilidade de exercitar o protagonismo, através da convivência, das brincadeiras, da participação, da exploração, da expressão e do autoconhecimento.

Para desenvolver as temáticas propostas, devem ser trabalhadas numa perspectiva problematizadora e interdisciplinar, sempre que possível, e que possam provocar no estudante a reflexão de que mesmo com o distanciamento social, possam analisar os conceitos propostos e posicionarem-se sobre o seu estar no mundo e exercitar a capacidade de refletir e agir sobre a realidade social com fundamentos em valores para o exercício da cidadania.

Os temas para as turmas de 1º ao 5º ano devem ter como eixos norteadores, as abordagens nos seguintes focos: 1º ao 3º Ano (Curiosidade, imaginação criativa e sociabilidade, empatia, autonomia, autocuidado, sociabilidade, imaginação criativa, cooperativismo e senso de corresponsabilidade); 4º e 5º Ano (Resiliência, diálogo, autoconfiança, Iniciativa social, determinação, colaboratividade, solidariedade e



responsabilidade).

e.2.) Ensino Fundamental - Anos Finais

Orienta-se analisar conceitos propostos e posicionarem-se sobre o seu estar no mundo e exercitar a capacidade de refletir e agir sobre a realidade social com fundamentos em valores para o exercício da cidadania.

Para o planejamento das aulas e realização das atividades pelos estudantes será encaminhado de forma digital (uso das escolas e professores) e impressa (uso dos estudantes / consumível) o **Caderno de Protagonismo**.

Os Cadernos foram elaborados de forma modular (6º e 7º Ano / 8º e 9º Ano), com temáticas essenciais para a manutenção do foco dos estudantes.

Caderno para Estudantes:

6º e 7º Ano: <https://drive.google.com/file/d/1QM7AqIN9tM6kO9yKzRgyt0RFOFph6pcm/view?usp=sharing>

8º e 9º Ano: <https://drive.google.com/file/d/1MZyEhAk6qG4vNzubesdS0fOmpAeZGwav/view?usp=sharing>

Caderno de Protagonismo - Material para o Educador (Apoio):

6º Ano: <https://drive.google.com/file/d/1lgxvqHZJCKZjHIPFoHMCTOV9FcMaYtxz/view?usp=sharing>

7º Ano: <https://drive.google.com/file/d/1Kb3-YwUWJM2ALXO-Vy5KWbbr6ZdgINI/view?usp=sharing>

8º Ano: <https://drive.google.com/file/d/105vunljqsvKfn-VE2vFREzvdwbG0w44/view?usp=sharing>

9º Ano: https://drive.google.com/file/d/10NuUiR037RjG_AiWNUmi0iBNdyZpgTdZ/view?usp=sharing

f) Pensamento Científico

O professor deste componente poderá trabalhar pequenos projetos com temáticas de outro componente da base com o qual



trabalha na turma. Ou seja, se na turma, também trabalha Geografia ou Artes, os projetos científicos poderão abordar temáticas desses componentes.

Orientamos que as atividades não presenciais deverão ser planejadas de acordo com o objeto de conhecimento proposto e inserido no Roteiro de Estudo do componente curricular, obrigatoriamente. Os trabalhos a desenvolver, deverão ser registrados por meio de mapas mentais, hipóteses e relatórios de observação, estudos de casos, entre outros.

g) Pós Médio

É preciso que retomemos às aulas de Projeto de Vida, para reforçar os sonhos, perseverança, produtividade, o foco e trabalhar, mais do que nunca, as competências socioemocionais.

Após a proposição do Acolhimento e da retomada dos conceitos que alicerçaram a construção do Projeto de Vida, é importante dedicar atenção aos objetos de conhecimento do Pós Médio - Mundo de Possibilidades, abordando temas com orientações, informações e organização (mapa das universidades e cursos, sistemas de avaliação), formação técnica, carreiras profissionais, empreendedorismo, mercado de trabalho e as competências do profissional do século XXI.

É relevante que seja orientado a continuidade ao acesso a plataforma do #ToemCasanoENEM para os “aulões” e lives e participação dos simulados organizados pela SEDUC, conforme as orientações que serão repassadas para 2021.

Caderno Pós Médio - Mundo de Possibilidades:

https://drive.google.com/file/d/1SHL-rLLArSLESeKHp-fWu_5sQL-iaA37/view?usp=sharing

h) Avaliação Semanal

Orientações para o Professor de Avaliação Semanal

No início não presencial das aulas, e com impossibilidade de



aplicação presencial das avaliações semanais, o professor deverá desenvolver atividades de tutoria às turmas às quais estiverem na modulação como docente/regente. Neste sentido, o acompanhamento funcionará como uma tutoria, à qual o professor identificará, por meio das devolutivas dos estudantes, o desempenho nas tarefas, as dificuldades observadas ou até mesmo os estudantes que não estão fazendo as atividades, evitando a evasão escolar. O acompanhamento deverá estar alinhado com os coordenadores de área, coordenação pedagógica e orientação educacional e às estratégias pedagógicas de intervenção.



5 REORDENAMENTO CURRICULAR 2021

5.1 Planejamento do Ano Letivo

O ano letivo de 2020 foi desafiador para toda a educação, dada à necessidade de adequação de métodos e técnicas de trabalho, frente ao contexto do distanciamento social advindo com a pandemia. Agora, já amadurecidos com a experiência da realização das atividades educativas não presenciais em 2020, temos o desafio de planejar a continuidade da oferta, o desenvolvimento do ensino e avaliação das aprendizagens dos estudantes tocantinenses.

Assim, no intuito de instrumentalizar as equipes pedagógicas e docentes para o planejamento do ano letivo de 2021, com o retorno das atividades presenciais/ensino híbrido, a Seduc promoveu ações formativas não presenciais, considerando o contexto e condições do desenvolvimento do trabalho educativo e o contexto pandêmico, com o objetivo de apontar os direcionamentos para o Reordenamento Curricular.

Para tanto, ratificamos as concepções pedagógicas que permeiam o trabalho educativo, propagadas à medida que o processo de ensino e aprendizagem se materializa nas unidades escolares. Apresentamos também, propostas de planejamento de Roteiros de Estudos, os quais representam um importante instrumento de aprendizagem, dada às condições materiais de execução da proposta educativa, considerando também as possibilidades de avaliação do ensino ofertado e das aprendizagens efetivadas, como norteador do trabalho pedagógico das Diretorias de Educação, Juventude e Esportes, como também das unidades escolares. Para tanto, apresentamos abaixo os fundamentos teóricos aplicados durante as reuniões formativas com as equipes pedagógicas das Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes.

Para tanto, ratificamos as concepções pedagógicas que permeiam



o trabalho educativo, propagadas à medida que o processo de ensino e aprendizagem se materializa nas unidades escolares; nossas concepções pedagógicas sobre a natureza da escola, sua função e nosso papel na vida dos estudantes; propomos-nos a discutir as condições de desenvolvimento do trabalho pedagógico neste ano letivo de 2021, considerando o contexto pandêmico, com o objetivo de construir um planejamento curricular centrado nas aprendizagens essenciais.

Vale ressaltar que as propostas de planejamento de Roteiros de Estudos, representam um importante instrumento de aprendizagem, dada às condições materiais de execução da proposta educativa, considerando também as possibilidades de avaliação do ensino ofertado e das aprendizagens efetivadas, como norteador do trabalho pedagógico das Diretorias de Educação, Juventude e Esportes, como também das unidades escolares.

O Reordenamento Curricular consiste em adequar o trabalho educativo e o planejamento curricular de acordo com as habilidades estruturantes das macro competências propostas pela BNCC e DCT para que sejam desenvolvidas garantindo as aprendizagens significativas.

Para o currículo do ensino fundamental, o Reordenamento Curricular partiu da proposta do DCT já homologado pelo Conselho Estadual de Educação e para o trabalho curricular com a etapa do ensino médio, consideramos as aprendizagens propostas na BNCC, dado que o DCT – Etapa Ensino Médio encontra-se em apreciação pelo CEE-TO.

Portanto, a proposta pedagógica da rede estadual de ensino do Tocantins para 2021 perpassa o desenvolvimento de competências e habilidades previstas para toda a educação básica nos documentos norteadores, com adequação ao atual contexto. Assim, propomos a discussão do planejamento e avaliação da aprendizagem, bem como os Roteiros de Estudos, os quais sejam elaborados com robustez e densidade, capazes de efetivar o processo de desenvolvimento de competências,



que promovam uma educação integral e que possam contemplar todos os aspectos da construção do conhecimento.

O reordenamento curricular com as habilidades essenciais encontra-se no anexo deste documento.

5.2 Projeto Político Pedagógico–PPP

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento norteador do trabalho escolar em todas as suas dimensões, dando direção à gestão escolar e tem como foco o aluno, a aprendizagem, a sua formação e a organização do processo que engloba o planejamento curricular.

Nesse sentido, o início do ano letivo é o período propício para a realização do planejamento das atividades escolares, em que a equipe gestora realiza a escuta com a comunidade interna e externa, com o objetivo de implementação do Projeto Político Pedagógico - alinhado à BNCC/DCT, para o alcance das metas estabelecidas para o ano letivo de 2021.

É fundamental discutir os avanços e os desafios do ano letivo de 2020 e para elaboração e execução do Plano de Ação da equipe gestora, visando alcançar os objetivos e metas propostas, em função de promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, espera-se para o ano de 2021 que o trabalho seja integrador, coletivo e contínuo, no desenvolvimento das ações de forma eficiente e eficaz, considerando que o Projeto Político Pedagógico:

- Traz uma abordagem dos princípios norteadores da construção/reconstrução do Projeto Político Pedagógico com ênfase, sobretudo, na gestão democrática e autônoma, na relação entre a escola e a comunidade e na valorização dos profissionais da escola;
- Refere-se às dimensões pedagógica, administrativa, financeira



e jurídica presentes no trabalho empreendido nas unidades escolares, de forma coesa e planejada; e

- Trata, também, da referência aos eixos para a construção/reconstrução do projeto Político Pedagógico, imprescindíveis para o ponto de partida do trabalho coletivo, pautado no cenário atual da unidade escolar.

Sendo assim, devem ser considerados os três movimentos básicos denominados de atos, quais sejam: situacional, conceitual e operacional, sendo:

Ato Situacional: movimento interno da escola, que possibilita conhecer avanços, desafios e conflitos verificados por meio do diagnóstico e escuta da comunidade interna e externa, com vistas a definir as prioridades da Unidade Escolar.

Ato Conceitual: movimento de discussão com o Colegiado quanto a sua concepção de educação, sociedade, humanidade, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação, em conformidade com o DCT/BNCC).

Ato Operacional: movimento de tomada de decisões para atingir os objetivos e metas definidas coletivamente pela Unidade Escolar.

O Projeto Político Pedagógico deve ser reelaborado/revisado e implementado de acordo com as Diretrizes da Secretaria de Educação, Juventude e Esportes e normativas específicas para programas e projetos. Nele são descritos objetivos, metas e ações definidas pelo coletivo de forma a favorecer a gestão democrática, tendo como base os resultados das avaliações internas e externas (avaliação diagnóstica, avaliação processual, formativa e avaliações externas).

Desse modo, o PPP aborda aspectos que devem ser observados no fazer pedagógico, a fim de garantir a articulação das ações propostas pela unidade escolar, independentemente de quem as financia, evitando assim, a fragmentação e

a sobreposição das ações uma vez que as diversas fontes de recursos



devem ter o objetivo de financiar as ações que a escola/conselho escolar elegeu como necessárias para alcançar sua missão, valores, objetivos e metas, considerando em todas as ações a situação atual para adoção correta dos protocolos de biossegurança.

5.3 Plano de Ação da Equipe Gestora

O Plano de Ação da Equipe Gestora das Unidades Escolares do Ensino Fundamental e Médio tem por objetivo possibilitar a análise e o conhecimento dos resultados de aprendizagem, com base nas dimensões da gestão escolar, visando o alcance das metas pretendidas.

Para tanto, a Seduc está revisando os indicadores, as metas e as estratégias do Plano de Ação da equipe Gestora, o qual contempla o novo contexto pandêmico e servirá de orientação na prática cotidiana das escolas, possibilitando intervenções administrativo-pedagógicas, necessárias ao alcance das metas de aprendizagem no decorrer de cada bimestre letivo.

5.4 Planejamento da Avaliação Externa

DA AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem abrange aspectos que consideram fatores internos e externos ao ambiente escolar. As avaliações internas consideram as características de cada comunidade escolar, que de forma conjunta e participativa elegem os critérios e formas adequadas de avaliar o nível de aprendizagem dos estudantes. Já as avaliações externas, são realizadas, geralmente, em larga escala, considerando aprendizagens específicas configuradas em matrizes de habilidades.

No Brasil, essas avaliações externas são aplicadas em larga escala pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP,



e compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que permitem diagnosticar a educação básica brasileira, como também identificar e mensurar os fatores que, possivelmente interferem no desempenho estudantil.

O resultado apurado no SAEB em conjunto com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, auferidas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Desta forma, o IDEB reflete os níveis de aprendizagem dos estudantes avaliados, permitindo que, as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade do ensino ofertado, e oferece subsídios para a elaboração, monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais baseadas nas evidências dos resultados.

Para o ano de 2021, aplicação dos instrumentos da avaliação ocorrerá de 8 de novembro a 10 de dezembro, em todas as unidades da Federação.

Para isso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou a Portaria n.º 250/21, de 5 de julho de 2021, que estabelece as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021, e define **como população alvo:**

Art. 5º Considera-se como população alvo do Saeb 2021:

I - todas as escolas públicas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados no 5º ano e no 9º ano do Ensino Fundamental e na 3ª e 4ª séries do Ensino Médio (tradicional e integrado).

II - uma amostra de escolas privadas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados em turmas de 5º ano e de 9º ano do Ensino Fundamental e de 3ª e 4ª séries do Ensino Médio (tradicional e integrado), distribuídas nas vinte e sete Unidades da Federação.

III - uma amostra de escolas públicas e privadas localizadas em



zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados em turmas de 9º ano do Ensino Fundamental, distribuídas nas vinte e sete Unidades da Federação, para aplicação dos instrumentos descritos no inciso V do art. 11 da presente Portaria.

IV - uma amostra de escolas públicas e privadas localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam 10 (dez) ou mais estudantes matriculados em turmas de 2º ano do Ensino Fundamental, distribuídas nas vinte e sete Unidades da Federação, para aplicação exclusiva dos instrumentos previstos no inciso VI do art. 11.

V - uma amostra de instituições privadas, públicas e conveniadas com o poder público, localizadas em zonas urbanas e rurais que possuam turmas de creche ou pré-escola da etapa da Educação Infantil, para aplicação exclusiva dos instrumentos previstos nos incisos I, II e III, do art. 11.

Parágrafo único. Até 90 dias após a publicação desta Portaria, o Inep publicará no Portal da Autarquia a Nota Técnica que detalha a população de referência do Saeb 2021.

Art. 6º Não serão consideradas população de referência do Saeb 2021:

I - escolas com menos de 10 estudantes matriculados nas etapas do Ensino Fundamental e Médio;

II - as turmas multisseriadas;

III - as turmas de correção de fluxo;

IV - as turmas de Educação de Jovens e Adultos;

V - as turmas de Ensino Médio Normal/Magistério;

VI - as classes, as escolas ou os serviços especializados de Educação Especial não integrantes do ensino regular; e

VII - as escolas indígenas que não ministrem a Língua Portuguesa como primeira língua.



DA APLICAÇÃO

A aplicação seguirá os mesmos moldes de 2019, censitária nas escolas públicas para o 5º e o 9º ano do ensino fundamental e para a 3ª e a 4ª série do ensino médio. Essas mesmas etapas serão avaliadas em formato amostral, nas escolas privadas. Os estudantes responderão a um questionário e testes de língua portuguesa (leitura) e matemática. Os professores e diretores também participarão da avaliação, por meio de questionários.

Além disso, haverá aplicação amostral para o 2º ano do ensino fundamental, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, e os estudantes do 9º ano serão avaliados, de forma amostral, também nas disciplinas de ciências humanas e ciências da natureza, conforme o ANEXO I, da Portaria n.º 250/21, de 5 de julho de 2021.

QUADRO SINTÉTICO DA APLICAÇÃO DO SAEB 2021

Etapas Avaliadas	Testes	Matrizes de Referência	Questionários	Tipo de Aplicação
Educação Infantil	Não há	2018	Secretários Municipais de Educação Diretores Professores	Amostral
2º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa e Matemática	2018 (em conformidade com a BNCC)	Não há	Amostral
5º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa e Matemática	2001	Secretários Municipais de Educação Diretores Professores Estudantes	Cobertura censitária das escolas públicas e amostral das escolas privadas
9º ano do Ensino Fundamental	Língua Portuguesa e Matemática	2001	Secretários Municipais de Educação Diretores Professores Estudantes	Cobertura censitária das escolas públicas e amostral das escolas privadas
	Ciências da Natureza e Ciências Humanas	2018 (em conformidade com a BNCC)	Não há	Amostral
3ª e 4ª séries do Ensino Médio	Língua Portuguesa e Matemática	2001	Secretários Municipais de Educação Diretores Professores Estudantes	Cobertura censitária das escolas públicas e amostral das escolas privadas



O acesso à Portaria n.º 250/21, de 6 de julho de 2021, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), contendo todas as diretrizes para a realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021 encontra-se disponível no *link* <https://www.inep.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-250-de-5-de-julho-de-2021-330276260>

ORIENTAÇÕES PARA AVALIAÇÃO – SAEB

A avaliação externa é um instrumento que possibilita revisões a respeito do trabalho desenvolvido pela gestão educacional, seja de sistema e/ou de escolas e, sendo assim, torna-se de extrema importância o envolvimento de todos os atores educacionais no processo de desenvolvimento das atividades relacionadas à aplicação da prova.

Com o objetivo de contribuir neste processo de avaliação, traçamos algumas orientações, a saber:

■ ANTES DA PROVA

Professores, Coordenadores Pedagógicos e Gestores,

Preparem seus alunos para a prova que ocorrerá entre 08/11 e 10/12 – o resultado compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. E a meta projetada para o país, em 2022, é a média 6 (seis) para todas as escolas.

Entendam as provas – a prova é elaborada a partir da Matriz de Referência do INEP. Por isso, as aulas devem contemplar os descritores de Língua Portuguesa ou Matemática, os quais em sua grande maioria podem ser trabalhados em todas as disciplinas.

Reordenamento Curricular – utilizem para nortear o planejamento da escola. Nele está contemplada toda a Matriz do INEP.

☒ **Familiarize os alunos com as exigências da avaliação do SAEB**

SIMULADOS – é necessária a realização de Simulados para que os alunos se habituem ao método utilizado nas avaliações externas,



ao modelo de questões e também ao preenchimento dos cartões resposta.

Cuidar do tempo e preencher os “quadrinhos” – façam um trabalho de conscientização e de exercício com os alunos para que eles aproveitem ao máximo o tempo para responder as questões e tenham muita cautela no preenchimento do gabarito.

As habilidades cobradas pelo SAEB são capacidades desenvolvidas durante toda a Educação Básica e elas devem estar contempladas no planejamento de toda a escola.

Ensinar de forma criativa – O desafio de despertar o interesse nos alunos não é tarefa fácil. Criatividade, materiais pedagógicos concretos, que permitam manipulação e análise, e a tecnologia podem ser ótimos aliados.

Atenção total aos alunos – as escolas que atingem as maiores notas no IDEB quase sempre têm um elemento em comum: dedicação total ao aprendizado do aluno, com atividades extracurriculares e acompanhamento, por toda a equipe escolar, dentro e fora da sala de aula.

Encontros frequentes entre professores, pais e equipe pedagógica – O diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelos alunos deve ser o norteador das reuniões pedagógicas. Vencê-las é tarefa de toda a equipe escolar.

Investir em uma integração do ensino ligado aos meios digitais – é preciso inovar! Outrora o ensino se concentrava nos livros, cadernos e quadros-negros, atualmente a tecnologia precisa ser inserida no planejamento das atividades a serem desenvolvidas com os alunos, bem como na interação entre escola e família.

A participação de todos é muito importante! Façam campanha de conscientização dos alunos, pais e toda comunidade escolar para garantir 100% de presença dos alunos das séries/anos avaliados.



Valorizar o professor – Gestor e coordenador pedagógico, o professor é a peça chave na melhoria da aprendizagem dos alunos e precisa muito da sua atenção e apoio no trabalho em sala de aula.

Professor, no processo avaliativo você é o mediador!

Avaliações constantes – para verificar de perto o progresso dos alunos é necessário realizar avaliações frequentes (SIMULADOS) a cada 15 dias, em sintonia com as provas do SAETO/SAEB.

Conhecimentos e habilidades – se aproprie do resultado dos simulados que traz informações diagnósticas do nível de aprendizado dos alunos, e defina quais conhecimentos ou habilidades precisam ser reforçadas.

Proficiência – planeje ações de intervenções para a melhoria da proficiência.

Informações coletadas – utilize as informações coletadas, pelas respostas dos alunos, para reorientar o seu trabalho pedagógico.

Antes da prova, uma breve revisão – antes do período da aplicação, revise com os alunos a metodologia, do quanto é importante se concentrar e responder todas as questões, além de muito cuidado e atenção ao preencher o gabarito.

■ DURANTE A PROVA

Professores, Coordenadores Pedagógicos e Gestores,

Garantam boas condições nos dias das provas – Equipe escolar, é imprescindível garantir espaço adequado e propício à concentração dos alunos e protegidos de intervenções externas ao ambiente da prova. Planejamento é fundamental, para conciliar a prova com as demais atividades da escola.

Acalmem os ânimos – uma prova externa pode causar ansiedade e nervosismo nos alunos, em especial da primeira fase do ensino



fundamental. Converse, explique e acalme-os pedindo concentração e tranquilidade para a realização da avaliação.

Certifiquem-se que todos os alunos portam os materiais necessários para a realização da prova.

■ O professor não aplica a prova, mas a acompanha

Professor, caso seja autorizado,

Acompanhe seus alunos no momento da prova - sua presença transmite segurança.

Auxilie com a disciplina da turma, especialmente as turmas do 2º e 5º ano do ensino fundamental. Para isso deverá: assinar o termo de sigilo, compromisso e confidencialidade; e guardar seus objetos eletrônicos na bolsa.

O professor não poderá: auxiliar os alunos a responder às questões das provas, ler e/ou manusear os cadernos de provas e interferir na aplicação.

Não se atrase –é recomendada a chegada do docente à sala com 30 minutos de antecedência. Passado o horário estabelecido pelo Saeb, o professor não entra e não poderá acompanhar seus alunos. **FIQUEM ATENTOS!**

■ DEPOIS PROVA

Professores, Coordenadores Pedagógicos e Gestores,

Analise os resultados e utilize-os – é necessário se apropriar dos resultados de provas anteriores e continuar um planejamento a longo prazo na busca por melhorias de melhor desempenho dos alunos.



6 PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES ESCOLARES – AULAS PRESENCIAIS/ENSINO HÍBRIDO: Práticas Pedagógicas de Gestão e Proteção à Saúde.

Práticas Pedagógicas de Gestão e Proteção à Saúde foi instituído em observância à Portaria-Seduc nº 185, de 29 de janeiro de 2021, a qual condiciona o retorno às atividades escolares presenciais à aprovação do Plano de Retomada elaborado nas Unidades Escolares pelos membros da Comissão Local de Segurança em Saúde e Prevenção à Covid-19 (COLSAÚDE) e devidamente aprovado pela Comissão Regional de Segurança em Saúde e Prevenção à Covid-19.

Desse modo, a partir do diagnóstico realizado, as Unidades Escolares identificam os problemas e as fragilidades vivenciadas nesse momento pandêmico e, junto com o Conselho Escolar ampliado e a COLSAÚDE, tendo à mão seus Planos de Retorno das Atividades Escolares Presenciais – Ensino Híbrido: Práticas Pedagógicas de Gestão e Promoção à Saúde, um instrumento de apoio efetivo para a gestão em todos os espaços e campos de atuação, contemplando as cinco dimensões propostas: dimensão estratégica, dimensão administrativa/biossegurança, dimensão de pessoal, dimensão pedagógica e dimensão financeira.

As Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes realizarão o monitoramento bimestralmente, por meio de instrumento próprio para acompanhar a implementação e execução das ações do Projeto Político Pedagógico, do Plano de Ação da Equipe Gestora e do Plano de Retomada das Atividades Escolares – Aulas Presenciais/Ensino Híbrido, subsidiando sempre que necessário. Após a realização dos monitoramentos, as Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes, socializarão as demandas com os demais setores, para análise e providências necessárias à resolução dos desafios



encontrados e fortalecimento do trabalho educativo e da gestão escolar. Posteriormente, deverão encaminhar às Unidades Escolares e à Gerência de Gestão Pedagógica o instrumento com as devolutivas, orientações e prazos acordados com as escolas para a resolução dos desafios encontrados.

No processo de revisão das ações do PPP é imprescindível a participação de toda a equipe escolar e comunidade local (equipe gestora, professores, servidores, estudantes, pais e/ou responsáveis), em consonância com as metas estabelecidas no Plano de Ação da equipe gestora.

Ao garantir um planejamento participativo no processo de revisão do PPP, eleva-se consideravelmente o potencial do projeto, dado que, as ações planejadas serão exequíveis, com origem nas necessidades reais da comunidade.

Nesse sentido, o desafio da gestão escolar é garantir o envolvimento de cada um dos sujeitos, por meio do diálogo com convencimento de que o planejamento é de todos que participam ativamente do cotidiano da escola, uma vez que ao executarem o trabalho pedagógico diariamente estão imprimindo em suas ações os objetivos, a missão e os valores da Unidade Escolar.

Vale ressaltar que, na materialização do currículo pela equipe docente, as ações propostas devem reproduzir com intencionalidade clara, os objetos de conhecimento que corroboram para o desenvolvimento de habilidades que compõem as 10 competências gerais da BNCC, dado que são competências metadisciplinares, isto é, não pertencem exclusivamente a um componente curricular específico. Dessa forma, é possível a execução das ações propostas no PPP pelos docentes de forma sistematizada, contemplando a formação geral básica do estudante, permitindo avançar no processo de busca pela garantia de uma educação integral.



Planejamento da rotina escolar e normas internas:

Orientação e acompanhamento aos professores no planejamento pedagógico (plano de aula/roteiros de estudo, projetos, Plano de Desenvolvimento Individual - PDI dos alunos incluídos) com base no Documento Curricular do Tocantins - DCT, e diretrizes da Seduc (aulas de reforço, avaliação e outros) e na elaboração da Avaliação Diagnóstica, com foco nas dificuldades a serem trabalhadas e progressos alcançados;

Organização do horário de aulas de forma a garantir a participação do professor com o coordenador pedagógico na hora-atividade para o planejamento coletivo semanal, por áreas de conhecimento, bem como a participação dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado - AEE e nas Salas de Recursos Multifuncionais;

Organização do cronograma de acompanhamento aos registros dos professores no Sistema de Gerenciamento Escolar - SGE (diários de classe, planejamento dos professores, entre outros);

Promover um momento para a discussão sobre demandas internas da unidade escolar no planejamento coletivo semanal;

Promover momentos de escuta, acolhimento e fortalecimento socioemocional aos profissionais da Unidade Escolar.

6.1 Monitoramento da Supervisão Educacional

O monitoramento escolar oportuniza ao gestor uma visão real do que está ocorrendo, ou não, durante a execução das ações planejadas, permitindo rever metas e objetivos, repensar as atividades não presenciais e/ou presenciais/híbrido, fazer alterações e ajustes, assim como tomar decisões nas intervenções

pedagógicas, para aprimorar o que fazer e como fazer em cada momento.

O objetivo é verificar o caminho que está sendo percorrido pelos estudantes promovendo as adequações necessárias para sua permanência e aprendizagem, bem como, fortalecer a equipe escolar no desenvolvimento do seu trabalho.

A equipe gestora das unidades escolares realizará o monitoramento, diariamente, das aulas não presenciais, e/ou presenciais/híbrido, para assegurar o tempo pedagógico, a aprendizagem e a frequência dos estudantes, assim como a entrega e devolução dos roteiros de estudos.

Para esse acompanhamento, às unidades escolares podem utilizar diversas ferramentas tecnológicas, como: WhatsApp, Google Meet, Google Classroom e redes sociais, bem como adotar um cronograma de entrega e recebimento das atividades impressas para os estudantes, garantindo o direito de aprendizagem, a permanência e a continuidade dos estudos com sucesso.

6.2 Orientação Educacional

A Orientação Educacional tem por objetivo fortalecer e promover espaços para o diálogo entre gestão, docentes, discentes, família e comunidade, visando a humanizar o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando condições apropriadas ao estudante para desenvolver-se integralmente.

As mudanças advindas pela covid 19 causaram impactos emocionais e psicológicos na comunidade escolar, especialmente nas crianças e adolescentes. Todas as mudanças repentinas impostas pela pandemia exigem da Orientação Educacional-OE, um olhar ainda mais ampliado no sentido de acolher e ajudar os estudantes a entender e passar, da melhor maneira possível, por todo esse processo.

A atuação do profissional responsável pela O.E, juntamente com os demais integrantes da equipe gestora e comunidade escolar, tem como objetivo criar condições para que os estudantes possam lidar com seus desafios de forma saudável e construtiva, visando a humanizar o processo de ensino e



aprendizagem,

proporcionando condições apropriadas ao estudante para desenvolver-se integralmente.

A proposta de trabalho da Orientação Educacional é balizada em consonância com a legislação educacional, a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, Documento Curricular do Tocantins – DCT-TO e com os programas e os projetos que as unidades escolares já desenvolvem.

Para tanto, o O.E precisa implementar o Plano de Ação da Orientação tendo como parâmetro os documentos que balizam a Proposta de Orientação no Estado do Tocantins: Plano de Ação de Orientação Educacional, a Instrução Normativa Número 008 que estabelece, diretrizes para a operacionalização do programa Evasão Escolar Nota Zero –PEENZ e o Projeto Pedagógico da Unidade Escolar.

Orienta-se que, ao elaborar e/ ou revisar o Plano de Ação do orientador educacional, haja a leitura dos documentos citados, e a consulta dos resultados da busca ativa ano letivo 2020, de modo que as metas, estratégias, cronograma e monitoramento do Plano de Ação O.E /2021 propicie a prevenção e combate ao abandono escolar, efetivando o direito ao acesso, permanência e o sucesso na educação básica, bem como esteja articulado ao plano de gestão escolar.

Segue o link de acesso dos documentos citados.

link de acesso a proposta de plano de ação da Orientação Educacional:
<https://www.to.gov.br/seduc/plano-de-acao-da-orientacao-educacional-das-unidades-escolares-do-tocantins/6kokz2oy9a0d>

*PEENZ- Programa Evasão Escolar Nota Zero

* Normativa 008/2019- Evasão Escolar.

Link de acesso: <https://www.to.gov.br/seduc/evasao-escolar-nota-zero/32letl55w8oh>



6.3 Planejamento Coletivo

Para iniciar a discussão sobre planejamento docente nos valem os de Zabala (1998 p. 17) quando o autor afirma que:

A intervenção pedagógica tem um antes e um depois que constituem as peças substanciais em toda prática educacional. O planejamento e a avaliação dos processos educacionais são uma parte inseparável da atuação docente, já que o que acontece nas aulas, a própria intervenção pedagógica, nunca pode ser entendida sem uma análise que leve em conta as intenções, as previsões, as expectativas e a avaliação dos resultados. (ZABALA, 1998 p. 17)

Então, para iniciar o ano letivo de 2021 e contemplar a proposta de Reordenamento Curricular, a primeira intervenção pedagógica é a realização de um planejamento de execução das atividades educativas, que considerem as condições de execução. Com a manutenção do distanciamento social, continuamos o desenvolvimento das atividades de forma não presencial, com a utilização dos roteiros de estudos. Para um futuro próximo, esses roteiros de estudos poderão ser incrementados, considerando que diante das medidas sanitárias favoráveis ao escalonamento de alunos, em uma possível educação híbrida.

O roteiro de estudos é uma sequência de atividades, que buscam o desenvolvimento de competências e habilidades. Nesse sentido, Zabala (1998) conceitua essas sequências como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que tem um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores quanto pelos alunos”.

Assim, indicamos uma organização prévia para o planejamento docente, considerando que o princípio da atividade educativa é o desenvolvimento de competências e habilidades. Portanto, independente do instrumento de planejamento (tabela, quadro, sequência), consideramos válido que:



- A primeira análise do professor deve ser o currículo proposto no reordenamento, analisar sua sequência lógica, e considerar sua execução durante o ano letivo. Inicia aqui o planejamento anual docente que deve necessariamente partir da proposta do Reordenamento Curricular;
- Segundo ponto a ser analisado é a divisão das atividades escolares em bimestres, o que pressupõe a necessidade de previsão por parte do professor, das habilidades que irão compor o trabalho bimestralmente, configurando assim o planejamento bimestral;
- Terceiro ponto consiste na análise e escolha das habilidades e seus objetos de conhecimento, para compor cada roteiro de estudo condizente com uma quinzena de trabalho pedagógico, observando que existe uma progressão no desenvolvimento das habilidades e seus objetos de conhecimento;

Com o planejamento delineado para o ano letivo, seus bimestres e, conseqüentemente, suas quinzenas, o professor pode partir para a análise mais detalhada das habilidades, que vai determinar a escolha dos objetos de conhecimento, e o encadeamento das atividades no roteiro de estudo.

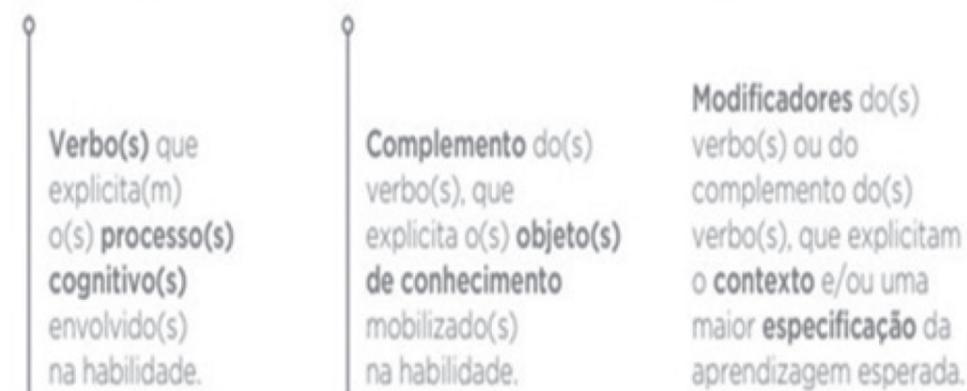
6.3.1 Análise da natureza da habilidade, a escolha dos objetos de conhecimento e a avaliação da aprendizagem

Na BNCC (2017), competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Assim, na medida em que trabalhamos as habilidades

desenvolvemos as competências. E essas habilidades possuem natureza conceitual, procedimental e atitudinal. Então, a primeira tarefa é identificar essa natureza da habilidade para escolher o objeto de conhecimento que servirá de ponto no desenvolvimento da habilidade, ou seja, o objeto de conhecimento que pode ser um conteúdo ou outra atividade pedagógica está a serviço da habilidade. É o objeto de conhecimento, como a tratativa metodológica do professor que conduzirá o estudante ao desenvolvimento pleno da habilidade proposta.

Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.



Como no exemplo acima, para desenvolver a habilidade de diferenciar, que tem uma natureza conceitual, utilizaremos como objetos de conhecimento a escravidão, a servidão e o trabalho livre no mundo antigo. Após conceituarmos cada uma, passamos ao processo de diferenciação.

Para avaliar o processo de aprendizagem, e conseqüentemente de desenvolvimento da habilidade proposta, é necessário que o professor proponha uma situação em que o estudante demonstre que consegue diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no contexto do mundo antigo.

Outro exemplo, para o planejamento escolar, etapa ensino médio, apresentamos aqui para compreensão a estrutura da habilidade específica do componente curricular de Língua Portuguesa, como exemplo, (EM13LP07)



BNCC (p, 507, 2018):

(1) Analisar, (2) em textos de diferentes gêneros, marcas que expressam a posição do enunciador frente àquilo que é dito: uso de diferentes modalidades (epistêmica, deôntica e apreciativa) e de diferentes recursos gramaticais que operam como modalizadores (verbos modais, tempos e modos verbais, expressões modais, adjetivos, locuções ou orações adjetivas, advérbios, locuções ou orações adverbiais, entonação etc.), (3) uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção.

- 1 - Verbo cognitivo envolvido na habilidade;
- 2 - Complemento do verbo, que aparece o (s) objeto (s) de conhecimento mobilizado(s) na habilidade;
- 3 - Modificadores do verbo que explicita o contexto de produção e/ou uma maior especificação da aprendizagem esperada, por meio de elementos (visual, verbal, sonoros e/ou gestuais).

Os objetos de conhecimento abarcam conteúdos (fonologia, morfologia, variação linguística, pontuação, progressão temática etc.), conceitos (estilo, modalização, multissemiótica, etc.) e processos (reconstrução das condições de produção, curadoria de informações, textualização, apreciação e réplica etc).

Em suma, o planejamento consiste em:

- Analisar da natureza das habilidades propostas para o roteiro de estudo;
- Escolher o objeto de conhecimento que será utilizado para o desenvolvimento da habilidade;
- Escolher as tratativas que serão dispensadas ao objeto de conhecimento, ou seja, a forma como o objeto de conhecimento será tratado no roteiro.



6.3.2 Orientações para o planejamento do primeiro roteiro de estudos do ano letivo de 2021

- Para o planejamento dos primeiros roteiros do ano letivo de 2021, sugerimos a observação de alguns aspectos importantes e que devem ser contemplados:
- Orientações de Biossegurança;
- Acolhimento aos estudantes e seus familiares;
- Tratativas curriculares: avaliação diagnóstica e informações sobre as habilidades que serão trabalhadas;
- Acordos que devem ser firmados com os estudantes e com a família;
- Propositura de Agendas de Atividades;
- Apresentação de Projetos que serão desenvolvidos na escola.

Roteiros de estudos voltados para o firmamento do vínculo do aluno e da família com escola, pois acreditamos que os próximos roteiros possam contemplar especificamente aspectos curriculares, pois não é possível materializar uma proposta curricular sem a participação efetiva dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

6.3.3 Elementos essenciais em um Roteiro de Estudos

Precisamos considerar que o Roteiro de Estudos é o nosso principal instrumento de comunicação e ferramenta de aprendizagem dos nossos estudantes, considerando o atual contexto que vivemos. Observadas as possibilidades de aulas mediadas pela tecnologia, o roteiro deve carregar em si o acolhimento ao estudante, as orientações para desenvolvimento das atividades, as atividades a serem desenvolvidas e a avaliação da habilidade proposta:

- Identificação escolar: uma capa com informações da escola, do professor, do estudante, da série/ano, turno, etapa de ensino, do componente curricular;



- Informações do Roteiro: o cronograma de atividades com sugestão de datas para realização considerando a quinzena, duração em horas, data de início das atividades, data de entrega das atividades, habilidades que estão sendo trabalhadas; os objetos de conhecimento;
- Orientações para o desenvolvimento das atividades: todas as orientações necessárias para o desenvolvimento das atividades como leituras a fazer, pesquisas, vídeos para assistir e etc;
- Atividades: neste espaço seguem as atividades que devem ser realizadas, encadeadas de forma lógica, contemplando todos os verbos de ação propostas nas habilidades que buscam desenvolver conceitos, procedimentos e atitudes;
- Avaliação: aqui devem ser contempladas atividades que avaliem o desenvolvimento da habilidade proposta no início do planejamento. Por exemplo, se a habilidade é de escrever, tem que ter uma atividade de escrita. Se a habilidade é de argumentar ou analisar, tem que ter atividade que permita que o aluno faça a análise e a argumentação para que o professor possa avaliar o desenvolvimento.
- Atividades complementares: caso o professor julgue necessário complementar as atividades propostas, na parte final do roteiro podem ser disponibilizadas atividades que busquem ampliar o trabalho realizado.

7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DO TOCANTINS

A avaliação da aprendizagem, no atual contexto pandêmico, considerando o cenário educacional em que o estudante está inserido, é um dos desafios para a educação, dado que avaliar é um dos pilares do processo de ensino e aprendizagem. Assim, propomos um processo avaliativo pautado nos documentos expedidos pelo Conselho Estadual de Educação, como a Indicação CEE/TO/CLN Nº 009/2020, que ressalta a importância da avaliação realista e criteriosa das competências gerais, habilidades essenciais, de forma sistematizada e balizada no planejamento. Indica a necessidade da adoção de diferentes estratégias e instrumentos de avaliação.

Na construção da proposta pedagógica da escola é imprescindível a indicação da concepção de educação, visto que essa concepção incide diretamente sobre a concepção de avaliação. Portanto, a política de avaliação que será adotada coletivamente pela escola, deve considerar o sujeito da avaliação, no caso nosso estudante, suas condições materiais e emocionais de realização das atividades não presenciais, uma vez que todos esses fatores refletem no desempenho das atividades. Importante, também, esclarecer o objeto da avaliação que nem sempre está explícito no ato de avaliar. Se no planejamento foram elencadas determinadas habilidades para serem desenvolvidas, o ato de avaliar deve se prender na verificação do nível alcançado pelos estudantes.

Ressaltamos que no desenvolvimento do Reordenamento Curricular para 2021, nos propomos a desenvolver habilidades de natureza conceitual, procedimental e atitudinal. Cada habilidade requer instrumentos de avaliação adequados, que favoreçam a constatação do nível de desenvolvimento. Por exemplo, habilidades atitudinais quase sempre vão requerer situações de explanação, ou de convivência em que o estudante possa demonstrar de forma comportamental o



nível de aprendizagem. Habilidades procedimentais, como o próprio conceito induz, requerem situação de execução dos procedimentos para que seja possível identificar o nível de desenvolvimento. E, por fim, as habilidades conceituais exigem e possibilitam a diversificação e diferenciação dos instrumentos de avaliação, sempre no intuito de ampliar as possibilidades de constatação do nível de desenvolvimento da aprendizagem dos conceitos envolvidos no processo.

Por fim, depois de elaborada, coletivamente, a política de avaliação escolar, indicamos a necessidade de diagnosticar os estudantes quanto às condições de realização das atividades não presenciais, para adequar a contento os instrumentos a serem utilizados, conforme o planejamento. Indicamos também a importância de realizar atividades diagnósticas, com intuito de esclarecer pontos importantes da aprendizagem dos estudantes, dadas às condições de distanciamento e limitações do suporte pedagógico por parte dos professores e da escola. Assim, a **avaliação formativa** durante o processo deverá atender as necessidades de adequação do planejamento, conforme os resultados avaliativos vão indicando as deficiências de aprendizagem ou pontos relevantes de retomada. Com um processo avaliativo consolidado, esperamos garantir as aprendizagens essenciais, com um trabalho norteado pelos resultados das avaliações, que ao final devem indicar os níveis de desenvolvimento das habilidades.

Para o alcance dos objetivos, o processo avaliativo precisa ser contínuo e diversificado, tanto em metodologias quanto em ferramentas. Segundo o Parecer CNE nº 11/2020, há várias sugestões de formas de avaliação:

- Criar questionário de autoavaliação das atividades ofertadas aos estudantes no período de isolamento;
- Ofertar, por meio de salas virtuais, um espaço aos estudantes para verificação da aprendizagem de forma discursiva;



- Elaborar uma pesquisa científica sobre um determinado tema com objetivos, hipóteses, metodologias, justificativa, discussão teórica e conclusão;
- Avaliar por meio de projetos de aprendizagem ou projetos interdisciplinares;
- Elaborar, após o retorno das aulas híbridas, uma atividade de sondagem da compreensão dos conteúdos abordados de forma não presencial;
- Utilizar atividades pedagógicas construídas (trilhas, materiais complementares etc.) como instrumentos de avaliação diagnóstica, mediante devolução dos estudantes, por meios virtuais, não presenciais ou híbridas;
- Criar materiais vinculados aos conteúdos estudados: cartilhas, roteiros, história em quadrinhos, mapas mentais;
- Realizar avaliação oral individual ou em pares acerca de temas estudados previamente.



8 CONSELHO DE CLASSE PEDAGÓGICO

O Conselho de Classe Pedagógico consiste no momento em que a unidade escolar se reúne para discutir os resultados do processo de ensino e aprendizagem; é um momento de reflexão, de diálogo que trará propostas de intervenção no trabalho pedagógico da unidade escolar, visando o alcance dos objetivos esperados.

A Secretaria de Estadual de Educação, Juventude e Esportes orienta que durante o Conselho de Classe sejam analisadas e avaliadas todas as variáveis enfrentadas por estudantes e profissionais durante o ensino remoto, considerando o cenário educacional.

Nesse sentido, é importante oportunizar de forma não presencial/ presencial/híbrida os três momentos distintos: **Pré-conselho**, oportunizando que os estudantes avaliem os roteiros de estudos, o plano de comunicação com as famílias, a busca ativa, os critérios de avaliação e outros pontos importantes; no segundo momento, realizar o **Conselho** propriamente dito, de forma participativa, seja presencial e/ou não presencial para análise e tomadas de decisões para o alcance de resultados pretendidos. Por fim, o **Pós-Conselho**: as entregas feitas aos estudantes e pais dos resultados alcançados; os feedbacks necessários à família, ao responsável e aos estudantes, bem como replanejar ações visando o alcance dos objetivos de aprendizagem.



9 FORMAÇÃO CONTINUADA

A unidade escolar precisa ser um espaço que oportuniza a realização de momentos de aprimoramento profissional, de formação, proporcionando socialização e reflexão da prática pedagógica. Nesse sentido, é fundamental que cada escola articule o envolvimento de todos os profissionais da educação nos momentos de formação: sua equipe docente, administrativa, financeira, de apoio e gestão pedagógica.

A Formação Continuada em serviço deve ser planejada, bimestralmente, com cronograma de datas e temáticas, priorizando a BNCC/DCT. Os protocolos de biossegurança em saúde, a serem executadas pelas unidades escolares, quinzenalmente, e inseridas no planejamento pedagógico coletivo, por área de conhecimento.

Quanto a Formação da equipe de Orientação Educacional e líderes escolares, será realizada a multiplicação do Programa Volta ao Novo – 2 – Desenvolvimento de competências socioemocionais.

O Programa de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais – Ações do Volta ao Novo/Fase 2, tem por objetivo apoiar o desdobramento (se necessário, melhoria e ajustes) do plano e garantir formação robusta da equipe técnica da rede.

O Programa está organizado em cinco módulos, compostos por: lives, webconferências e conteúdos em módulos e cada módulo está focado em uma macro-competência relacionada ao desenvolvimento socioemocional. As ações do Volta ao Novo são realizadas pelo Instituto Ayrton Senna - IAS em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED e outras instituições/empresas.

Para tanto, a Unidade Técnica Executiva de Orientação Educacional elaborou o Plano de Multiplicação que tem como escopo a união de esforços e competências entre os PARCEIROS, visando a multiplicação do Programa Volta ao Novo fase II – Desenvolvimento de Competências



Socioemocionais, INSTITUTO AYRTON SENNA –IAS, de modo a mobilizar escolas e diretorias de ensino, equipes escolares, equipes regionais de ensino e diversos setores da Secretaria da Educação para a execução do PROJETO, viabilizando o desdobramento das ações do Fase 2 do PROGRAMA, de acordo com o Plano de Trabalho e termo de Parceria técnica entre o IAS e a SEDUC.

As ações serão executadas concomitante com a Macro Formação realizada pelos IAS, aos Multiplicadores da SEDUC-TO, DREJEs, considerando a propositiva do formato inicial (IAS), o Projeto Político Pedagógico das unidades escolares, o Plano de Ação da Orientação e as demandas das respectivas escolas /drejes.

A articulação geral, de responsabilidade das servidoras das Unidades Técnicas em Orientação Educacional (que participam da macro formação), é realizada pela Seduc, ponto de apoio entre as sete duplas de multiplicadores, que farão o trabalho junto às drejes/escolas, contemplando as treze diretorias e as respectivas unidades escolares jurisdicionadas às mesmas.

Para os educadores e estudantes é importante acessar as formações do Programa Olhar Atento. Confira nos links:

<https://www.youtube.com/watch?v=3aCYBkrXXpY>; <https://www.youtube.com/watch?v=iwhalRY8XVw>; <https://www.youtube.com/watch?v=tE6YCBh77Qk&t=367s> <https://www.youtube.com/watch?v=k25Vel7mcq4> https://www.youtube.com/watch?v=yADwEtQ_yU8

A Formação continuada está prevista no Calendário escolar nos meses de junho, agosto, setembro e outubro. Assim orienta-se a articulação para realização de encontros formativos.

O documento de retomada das atividades educativas presenciais - ensino híbrido traz o planejamento das frentes de formação em biossegurança, acolhimento e reordenamento curricular.

Dada a necessidade de fortalecimento da gestão escolar, foi planejado formação continuada para a equipe gestora.



10 PROGRAMAS EDUCACIONAIS

A Unidade Técnica Executiva de Programas e Projetos Especiais em Educação da Seduc é o setor responsável por coordenar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos programas e projetos especiais em educação tanto os desenvolvidos por esta Secretaria do Estado da Educação, quanto os de parceiros externos, que buscam fortalecer o engajamento dos jovens do Ensino Fundamental e Médio, visando sua formação integral através de espaços de aprendizagem significativos voltados ao Protagonismo Juvenil.

Para tanto, a Unidade Técnica Executiva de Programas e Projetos Especiais em Educação lançou o “Dossiê de Oportunidades” dos Programas e Projetos Especiais em Educação para o ano de 2021.

■ Olimpíada de Matemática – OBMEP

Objetivo: Estimular e promover o estudo da Matemática no Brasil.

Projeto endereçado aos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e os alunos do Ensino Médio, de Escolas Públicas municipais, estaduais e federais, e Escolas Privadas.

■ Missão Pedagógica no Parlamento

Objetivo: Oferecer aos educadores formação em educação para a democracia, para que eles aprendam e socializem saberes e práticas sobre como fortalecer a escola como espaço privilegiado para a vivência de experiências e valores democráticos.

■ Programa Jovem Senador

Objetivo: Estimular, nos estudantes do Ensino Médio, com idade até 19 anos, regularmente matriculados nas Escolas Públicas dos Estados e do Distrito Federal, a reflexão sobre política, democracia e exercício da cidadania.



■ **Parlamento Jovem Brasileiro**
Objetivo: possibilitar aos alunos de Ensino Médio, de Escolas Públicas e Particulares, a vivência do processo democrático. O PJB potencializa a atuação mais democrática dos jovens e seu protagonismo juvenil na esfera política

■ **Jovens Embaixadores**
Objetivo: Promover um intercâmbio de três semanas nos Estados Unidos para estudantes brasileiros de destaque na Rede Pública de Ensino.

■ **Educação financeira**
Objetivo: Tem como objetivo principal desenvolver no educando um diálogo articulado permitindo que eles estabeleçam relações entre a educação financeira e outras áreas do conhecimento e de seu contexto diário, seguindo os princípios de transversalidade e interdisciplinaridade estabelecidos desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e agora também contemplados na Base Nacional Curricular Comum - BNCC.

■ **Observatório dos adolescentes**
Objetivo: Implementar o desenvolvimento de políticas públicas educacionais que promovam Protagonismo Juvenil entre os estudantes da Rede Pública de Ensino de Palmas, visando amenizar a violência contra crianças e adolescentes.

■ **Programa Aprendendo Idiomas nas Escolas**
Objetivo: Ofertar cursos de Língua Inglesa, Língua Espanhola, Redação e Libras para o aprimoramento das principais competências e habilidades linguísticas cognitivas de leitura, escrita, escuta e fala,



por meio dos estudos continuados, em diferentes níveis, visando o desenvolvimento profissional docente e discente.

■ **Olimpíada de Língua Portuguesa**
É realizada de forma alternada, em um ano, Formação de Professores, no outro, Concurso de Redação.

Podem participar da Olimpíada: Professores de Língua Portuguesa da Rede Pública de todo o Brasil e seus estudantes, do 5º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, nas seguintes categorias:

- Poema - 5º ano do Ensino Fundamental;
- Memórias Literárias - 6º e 7º anos do Ensino Fundamental;
- Crônica - 8º e 9º anos do Ensino Fundamental;
- Documentário - 1ª e 2ª séries do Ensino Médio;
- Artigo de Opinião - 3ª série do Ensino Médio.

■ **Olimpíada Nacional de História**

A Olimpíada Nacional em História do Brasil é um projeto de extensão da Universidade Estadual de Campinas que visa se consolidar como ferramenta importante de ensino e apoio a estudantes, na realização de vestibulares e Enem. Com um formato que estimula a leitura, análise crítica e interpretação de texto, a Olimpíada também apresenta temas que nem sempre são tratados em sala de aula.

■ **Concurso de Desenho e Redação da CGU**

Visa despertar nos estudantes o interesse por temas como controle social, ética e cidadania, por meio da reflexão e do debate desses assuntos nos ambientes educacionais, na família e na comunidade. O Concurso está na 12ª Edição. É direcionado a estudantes matriculados em Escolas, Públicas e Privadas, no Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos.



■ Mostra Brasileira de Foguetes

A Mostra Brasileira de Foguetes (MOBFOG) é realizada anualmente pela Sociedade Astronômica Brasileira (SAB), em parceria com a Agência Espacial Brasileira (AEB) entre alunos de todos os anos do Ensino Fundamental e Médio, em todo o território nacional. A MOBFOG tem por objetivo fomentar o interesse dos jovens pela Astronáutica, Física, Astronomia e Ciências afins, além de promover a difusão dos conhecimentos básicos de uma forma lúdica e cooperativa, mobilizando num mutirão nacional alunos, professores, coordenadores pedagógicos, diretores, pais e escolas e instituições voltadas às atividades aeroespaciais.

■ Olimpíada Brasileira de Química

A Olimpíada Brasileira de Química é um evento de cunho competitivo que, anualmente, se inicia no mês de agosto, para estudantes do Ensino Médio.

■ Olimpíada Brasileira de Química Júnior

É destinada a estudantes de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Podem participar estudantes de Escolas Públicas ou Privadas.

■ Olimpíada Tocantinense de Física

A Olimpíada Brasileira de Física (OBF) é um programa permanente da Sociedade Brasileira de Física (SBF) destinado a todos os estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio. As provas são divididas em níveis (I, II e III), sendo o nível I, destinado ao 8º e 9º anos; o nível II, às 1ª e 2ª séries do Ensino Médio; e o nível III, à 3ª série. O programa teve início em 1999 e está em atuação atualmente abrangendo boa parte dos alunos de todo o país.



■ OBRAC 2021 – Olimpíada Brasileira de Cartografia

A OBRAC tem como objetivos divulgar a Ciência Cartográfica, fundamental e estratégica para o país, e despertar nos estudantes a curiosidade e o interesse pela Cartografia com foco no conhecimento geoespacial para cidadania, através de atividades desafiadoras, que estimulam o aprendizado e contribuem para o desenvolvimento do pensamento espacial.

■ Concurso Internacional de Redação De Cartas – Correios

O objetivo do certame é melhorar a alfabetização de jovens por meio da redação de cartas, incentivando a expressão da criatividade e o aprimoramento dos conhecimentos linguísticos de crianças e adolescentes.

Para esse 50º concurso, o tema da redação é: “Escreva uma carta a um familiar, contando sobre sua experiência da Covid-19”.

■ FEBRACE – 19ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia

Podem enviar projetos para a FEBRACE 2021 estudantes matriculados nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, alunos do Ensino Médio e do Ensino Técnico no ano de 2020, de escolas públicas e particulares de todo o território nacional durante o ano de desenvolvimento e submissão do projeto. Todos os estudantes participantes devem ter até 20 anos, e não poderão completar 21 anos antes do mês de maio de 2021.

■ Ballet Popular do Tocantins

O Ballet Popular do Tocantins atende hoje em 05 Polos na cidade de Palmas- Tocantins.

- Escola Estadual Vila União
- Colégio Girassol de Tempo Integral Rachel de Queiroz



- Colégio Elisângela Glória Cardoso
- Colégio Frederico José Pereira Neto

Foram matriculados no ano de 2020, 528 alunos.

■ Orquestra Sinfônica Granada do Tocantins

A Orquestra Sinfônica Granada do Tocantins é formada por estudantes de Paraíso do Tocantins. Criada em 2013, a Orquestra é mantida pela Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes e pela Prefeitura de Paraíso do Tocantins, por meio da SEMEC.

O Projeto é uma iniciativa da Escola Estadual de Tempo Integral Trajano Coelho Neto e conta com cerca de 40 integrantes.

■ Orquestra Sanfônica Amor Perfeito

Orquestra Sanfônica Amor Perfeito é formada por estudantes da Escola de Tempo integral Vila União. O seu objetivo principal é resgatar valores culturais por meio da música popular brasileira e da arte do acordeom.

■ Orquestra Sinfônica de Cordas Do Tocantins

Além da conhecida Orquestra Sanfônica Amor Perfeito, a Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Vila União possui a Orquestra Sinfônica de Cordas, regida pelo músico e professor Teógenes Sá. Cerca de 100 estão envolvidos em atividades musicais. A música, assim como a dança, faz parte da proposta pedagógica da Seduc e da parte diversificada da Estrutura Curricular, em oportunizar aos alunos o desenvolvimento de novas habilidades.

■ FULBRIGHT DAI- Fulbright Distinguished Awards In Teaching Program For International Teachers 2021-2022

O Programa de Aperfeiçoamento para Professores de Língua



Inglesa (Fulbright DAI) é uma iniciativa do Departamento de Estado dos Estados Unidos que oferece oportunidade para que professores efetivos de inglês do ensino médio regular da rede pública estadual e/ ou municipal realizem um curso de aperfeiçoamento de até cinco meses nos Estados Unidos

■ Prêmio Estadual de Educação Fiscal Edição – 2021

Objetivo: Premiar e incentivar ações que valorizem a Educação Fiscal e a formar cidadãos capazes de compreender a função social dos tributos.

■ Prêmio Nacional de Educação Fiscal Edição 2021

O Prêmio Nacional de Educação Fiscal, reconhecido como o “Oscar da Cidadania”, é uma ação da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), em parceria com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o Programa Nacional de Educação Fiscal (Pnef) e o apoio das Entidades Regionais filiadas, empresas e órgãos governamentais parceiras e patrocinadoras.

■ Educação Fiscal

Os trabalhos nas escolas de Educação Básica da Rede Estadual do Tocantins, em 2021, devem seguir a mesma dinâmica de trabalho, conforme o “Educação Fiscal, Documento de Orientação às Escolas Públicas de Educação Básica do Tocantins” - Edição 2020, com a sugestão de incluir neste trabalho a metodologia de Projetos Integradores.

A partir de junho de 2021 estará disponível material específico do Tocantins, para estudantes e professores(a).

Uma nova edição do “Educação Fiscal, Documento de Orientação



às Escolas Públicas de Educação Básica do Tocantins”, estará disponível após aprovação pelo CEE, do DCT/EM.

■ Programa Educação financeira

Desenvolvido pela Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. O Programa vem atendendo, de modo universalizado, a Educação Básica com material didático próprio, distribuído às escolas para aplicação em sala de aula, desde 2017, quando o Estado do Tocantins se tornou Polo da rede de Educação Financeira. Em 2021, o programa foi reestruturado e será trabalhado de maneira não presencial e híbrido por meio de roteiros de estudo, vídeos, material impresso e outros. As atividades serão desenvolvidas de maneira transversal, possibilitando ao estudante estabelecer relações entre a educação financeira e outras áreas do conhecimento e, também, com seu contexto diário, o que vai ao encontro dos princípios de transversalidade e interdisciplinaridade contemplados na Base Nacional Curricular Comum – BNCC.

O Documento Orientador das atividades referentes à Educação Financeira, encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/1gMsjiB7E-TIHnTANHXN0m4uDNXmC0ogy/view?usp=sharing>



11 BUSCA ATIVA ESCOLAR – PROGRAMA EVASÃO NOTA ZERO – PEENZ

A Busca Ativa Escolar e o Programa Evasão Nota Zero – PENZ têm a missão de assegurar o direito ao acesso, permanência e sucesso dos estudantes na educação básica, trabalhando na prevenção e combate ao abandono escolar, evitando infrequência e baixa frequência dos estudantes. A partir desse trabalho, é possível compreender o contexto, enxergar a realidade de cada estudante, e assim atuar de maneira eficiente nas possíveis causas.

A partir da implantação (reestruturação) do Programa Evasão Escolar Nota Zero em outubro de 2020 nas 493 unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, a comunidade escolar protagonizou no cuidado e acolhimento de cada estudante no contexto do distanciamento social, fortalecendo o processo de inclusão e ação articulada com os órgãos parceiros, fomentando diversas estratégias na efetivação da Busca Ativa Escolar.

O programa estabelece, por meio da Instrução Normativa Nº 008, de 16 de outubro de 2020, diretrizes de operacionalização, com atribuições e competências dos setores envolvidos, por meio da instituição de comitês.

Os comitês são constituídos no âmbito estadual, regional e por unidade Escolar, com monitoramento e operacionalização da Busca Ativa Escolar, conforme segue:

- Estadual: composto por representantes titular e suplente dos seguintes Órgãos: Secretaria de Educação, Juventude e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça, Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Associação Estadual dos Conselheiros Tutelares, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Estadual de Saúde;



- Regional: composto por Diretor Regional de Educação, Orientador Educacional e Supervisor da DRE, Conselheiros Tutelares, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Ação Social e Conselho da Criança e do Adolescente;
- Unidade Escolar: composto pela equipe gestora (Diretor, Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional), por um professor (eleito pela equipe docente), pelo representante do grêmio e membro do Conselho Educacional e Comunitário.
- As políticas públicas voltadas para erradicação da evasão, abandono e da repetência escolar serão elaboradas pela equipe do PEENZ da SEDUC, em conjunto com os parceiros internos e externos, em todas as etapas e modalidades da educação básica, a saber: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação no Campo, Educação Profissional, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena.

Neste sentido, é fundamental que a unidade escolar promova espaços para a elaboração de um Plano de Trabalho que contemple os dados do fluxo escolar 2020, para acompanhamento, monitoramento e revisão de metas e estratégias da equipe diretiva e pedagógica, com especial atenção para:

- Análise do contexto em que se identificam as causas da infrequência, exclusão, abandono, reprovação escolar, dentre outros;
- Metas com objetivos claros em relação à inclusão escolar, com prazos pré estabelecidos. Exemplos:
 - Meta 1: Reduzir em 100% o número de reprovação no terceiro ano do Ensino Médio;
 - Meta 2: Monitorar em 100% as causas da evasão, com a previsão das ações preventivas, a curto, médio e longo prazos.



- Estabelecimento do modo de trabalho do Comitê Gestor com a definição da periodicidade das reuniões e outros detalhes do seu funcionamento, sendo importante destacar o contexto atual, tendo em vista o trabalho realizado no ano letivo de 2020, sobretudo em relação aos indicadores de reprovação, desistência e evasão. O extrato desses dados servirá para implementação do Plano de Ação para o ano letivo de 2021 com a reelaboração das metas com respectivas estratégias e periodicidade (cronograma responsáveis).

Recomendação: Para melhor desempenho do trabalho de implementação do plano de ação, é pertinente retomar a leitura do PEENZ – Programa Evasão Escolar, disponível no Site da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, por meio do link: <https://seduc.to.gov.br/evasao-escolar-nota-zero/> .

11.1 Resultados da Busca Ativa Escolar

A Busca Ativa Escolar da Rede Estadual de Ensino, no ano letivo de 2020, garantiu que 12.684 estudantes renovassem o vínculo educacional e sócio afetivo com a escola e concluíssem seus estudos por meio do ensino não presencial. Fruto do trabalho articulado e sistemático de cada uma das 13 Diretorias Regionais de Educação, Juventude e Esportes, com suas Unidades de Ensino jurisdicionadas.

Para obtenção desse êxito a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (Seduc) sistematizou a articulação entre os setores pedagógicos e administrativos da Pasta para que as equipes atuassem de modo estratégico nos pontos focais de suas competências.

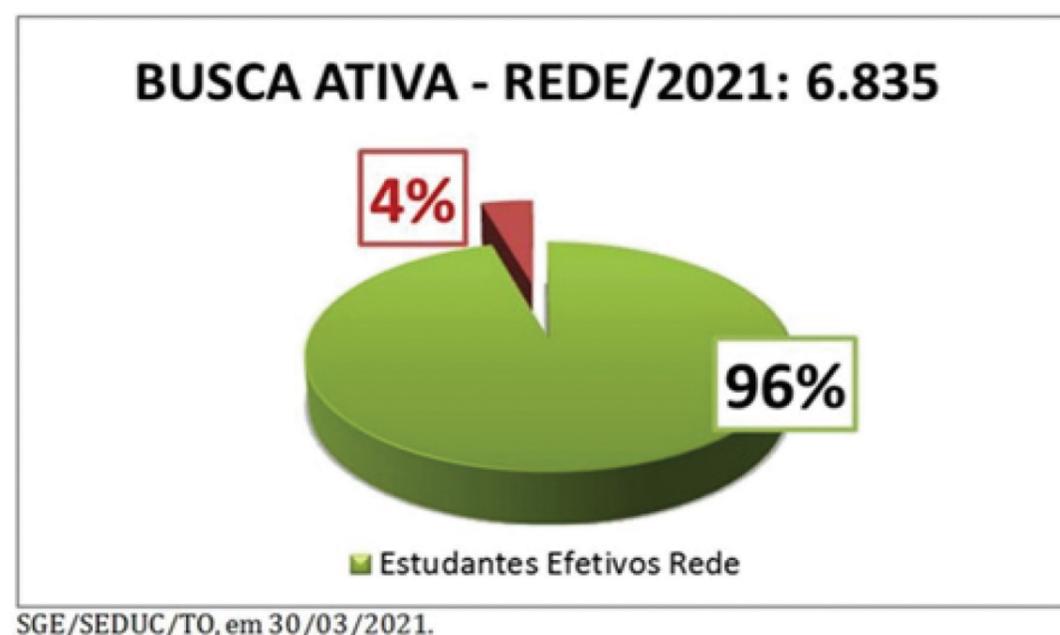
Foi a partir da redução dos números de novos casos e número de óbitos no Tocantins, que as aulas puderam ser retomadas no mês de junho/2020 - após 10 meses de suspensão das aulas presenciais, de



maneira gradativa no formato não presencial e, em alguns casos, de forma híbrida.

Com a retomada gradativa das atividades educacionais presenciais e não presenciais – ensino híbrido – professores e equipe pedagógica mantiveram a comunicação com os estudantes e suas famílias de forma mais intensificada. Foram orientações constantes por meio dos recursos disponíveis de comunicação, a exemplo dos aplicativos de redes sociais, assim como as atividades impressas e os roteiros de estudos.

As incontáveis estratégias pedagógicas e administrativas, utilizadas na Busca Ativa Escolar, corroboraram para o resgate de 12.684 alunos faltosos, representando o fechamento do ano letivo de 2020 com 96% de estudantes com sucesso e permanência. Restando o desafio de 6.835 estudantes, isto é, 4% do total de crianças, jovens e adultos para o ano letivo de 2021. Veja a seguir o gráfico que esse resultado e o desafio para o ano letivo de 2021.



REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Hanslilian C. C. e **BONFIM**, Hanslivian C.C - **Educação do Campo e seus Aspectos Legais**, Formação de Professores, Sentidos, Contextos e práticas. VI Seminário Internacional sobre profissionalização docente.



ANEXOS

DINÂMICA: CÍRCULOS DE DIÁLOGO

Pautado, principalmente, no exercício da escuta atenciosa, a realização dos círculos (de modo virtual, através do meet, ou chamada coletiva via whatsapp, considerando a quantidade de alunos por turma, ou na impossibilidade, pode ser impresso, como atividade inicial de abertura do roteiro de atividades), propõe a troca de experiências, a socialização daquilo que cala na alma dos estudantes, além de instrumentalizar o fazer pedagógico do professor no que tange às competências socioemocionais que perpassam todos os componentes curriculares e estarão implícitas nas atividades escolares.

Professor (a) prepare com antecedência, um ambiente acolhedor, com música suave, faça uma decoração do espaço em que você vai aparecer na sala virtual e organize as perguntas principais, sugerimos algumas, as demais, vão surgir no decorrer do momento, fique atento para que não haja monopolização da fala por um ou outro estudante ou mesmo por você, seu papel, nesse instante é provocá-los, para que falem.

- Como você se sente neste exato momento?
- Você pensou na cor da roupa que usaria hoje?
- Como tem sido em seu trabalho?
- Porque você, hoje, é estudante da EJA?
- Como vai você, só você, pessoa, individualmente?
- O que você diria ao Criador do Universo, se o encontrasse hoje?
- O que estar aqui, hoje, significa pra você?
- A frase de sua vida?
- Seu sonho para o seu momento presente?

Essas e outras perguntas que surgirem no decorrer do diálogo, tem o objetivo de construir laços, de permitir que o outro se expresse livremente e possa ser ouvido de forma atenciosa e o de ouvir atentamente o outro. Em caso de ser em material impresso, atente para o feedback, após receber de volta, envie um bilhete caloroso a cada estudante que devolver as atividades respondidas.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Erika Alvim de Sá, (Coordenadora). *Orientações para prevenção e controle da Covid-19 nos locais de trabalho.*

Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital>.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Portaria nº 295/Anvisa*, de 18 de março de 2020.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-295-de-23-de-julho-de-2020-268439352>.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação é a base.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1998

Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/compilado.html>>.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. Brasília: FNDE, 2020.

Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Recomendações para a execução do PNAE no retorno presencial às aulas durante a pandemia da Covid-19: educação alimentar e nutricional e segurança dos alimentos*. Brasília: FNDE, 2020.

Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de*

Educação Básica. Brasília: MEC, 2020.

Disponível em: <http://portal.mec.gov>.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Distrito Federal, 1996

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP nº 5/2020*. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: MEC, 2020.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP nº 09/2020*. Reexame do Parecer CNE/CP n. 5/2020. Brasília: MEC, 2020.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>

BRASIL. Ministério da Educação. *Parecer CNE/CP nº 11/2020*. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e não Presenciais no contexto da Pandemia. Brasília: MEC, 2020.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020*. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília: Presidência da República, 2020.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>.



BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020*. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Brasília: Presidência da República, 2020.

Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>

FIOCRUZ. *Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia Covid-19*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020.

Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal>.

FIOCRUZ. *Manual Sobre Biossegurança Para Reabertura De Escolas No Contexto Da Covid-19*. Rio de Janeiro, Versão 1.0 13 de Julho de 2020.

Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/manualreabertura.pdf>.

TOCANTINS, Conselho Estadual de Educação. *Resolução CEE/TO Nº 105, de 08 de abril de 2020*. Estabelece formas de reorganização do Calendário Escolar/2020 e define o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020, como medida de prevenção à Covid-19.

Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/501542/>

TOCANTINS, *Portaria Conjunta Nº 2/2020/SES/ GASEC/SEDUC/ UNITINS, de 21 de outubro de 2020*. Dispõe sobre o Protocolo Estadual de Segurança para o Retorno das Atividades Educacionais em Instituições de Educação Básica e Superior no Território do Tocantins.

Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/535316/>



TOCANTINS, *Resolução CEE/TO Nº 154, de 17 de junho de 2020*. Estabelece normas complementares para a reorganização do Calendário Escolar, os planejamentos e práticas pedagógicas para a oferta e o cômputo de atividades educacionais não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, com o objetivo de minimizar o impacto decorrente da Pandemia da COVID-19, na educação.

Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/521570/>

TOCANTINS, Secretaria de Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins/ *Alimentação Escolar. Manual Técnico para Manipuladores de Alimentos*.

Disponível em: www.seduc.to.gov.br.



PLANO DE AULA

IDENTIFICAÇÃO

Escola: _____ Turma: _____

Ano: _____ Tempo/Aula: _____ Duração (Semanal e/ou Quinzenal): _____

Área de Conhecimento: _____

Componente Curricular: _____

Competências Gerais e Específicas: _____

Habilidades (Descritores): _____

Objeto(s) de Conhecimento: _____

Recursos Didáticos e Tecnológicos: _____

Metodologias/ Procedimentos: _____

Avaliação (Conceitual Procedimental e Atitudinal): _____

Referências:



BUSCA ATIVA ESCOLAR

DIMENSÃO PEDAGÓGICA

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Objetivo:

Metas:

Responsável/ Líder:

Nº	Projeto/ação/ atividade	Início	Término	Responsável	Custo		Fonte	Resultado esperado	Resultado alcançado
					Custeio	Capital			

Realizar o diagnóstico inicial para estabelecer metas mensuráveis ou não que evitarão a infrequência e baixa frequência dos estudantes, efetivado o direito ao acesso, permanência e sucesso na Educação Básica da Rede estadual de Ensino.